

São Paulo

# DATA MERCANTIL

R\$ 2,00

Sexta - feira, 31 de julho de 2020

Edição N° 119

www.datamercantil.com.br

## Bradesco volta a aumentar reserva para calotes e lucro tem novo tombo de 40,1%



O lucro líquido do Bradesco caiu 40,1% no segundo trimestre de 2020 ante igual período de 2019, para R\$ 3,9 bilhões.

É a segunda queda seguida, em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Nos primeiros três meses do ano o lucro havia caído 39,8%. No entanto, comparando o primeiro trimestre com o segundo trimestre deste ano, o lucro teve leve alta de 3,2%.

O resultado do banco no acumulado do ano é um lucro de R\$ 7,6 bilhões -o pior para o período desde 2014, durante a crise, quando registrou lucro de R\$ 7,3 bilhões no primeiro semestre.

O novo tombo do segundo trimestre foi causado por mais um forte aumento das reservas para cobrir calotes, consequência dos danos econômicos do coronavírus. O Bradesco -que já havia separado um volume

86% maior de recursos em março para tentar conter os impactos da pandemia- dobrou as provisões feitas entre abril e junho em relação ao mesmo trimestre de 2019.

A alta foi de 154,9%, para R\$ R\$ 8,9 bilhões. Desse total, foram R\$ 3,8 bilhões relacionados ao ramo financeiro e R\$ 747 milhões ao ramo de seguros.

Segundo o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, a provisão adicional foi feita conservadoramente com base na incerteza sobre a extensão e a dimensão total da crise do coronavírus.

“As provisões acontecem sempre em função da expectativa de perdas futuras da carteira de crédito e são embasadas em informações históricas e prospectivas. Estamos bem provisionados para o momento, mas continuaremos seguidamente avaliando o cenário e fazendo novos

ajustes se for necessário”, disse em entrevista à jornalista na quinta-feira (30).

“O cenário econômico ainda é difícil, mas dá para dizer que aparentemente o pior momento já passou”, afirmou.

Em relatório, o banco também afirmou que seus estudos internos, que são baseados em modelos estatísticos e que refletem a expectativa de perdas do banco em diferentes cenários econômicos indicaram a necessidade de reforço nas provisões.

“Muito embora o tamanho do impacto na economia e a duração da crise ainda seja incerto, continuamos evoluindo em nossas operações de crédito. [...] Evoluções que impactam as despesas com PDD [Provisão para Devedores Duvidosos] em função das provisões mínimas requeridas pelo Banco Central”, disse o banco em nota.

Isabela Bolzani/Folhapress

## Indústria



Com demanda do agronegócio e uso também para lazer, picapes trazem alívio a montadoras

Página - 02

## Economia



Confiança dos empresários de serviços cresce 7,3 pontos em julho

Página - 03

Com exterior e balanços, Bolsa cai 0,56%, mas sustenta nível de 105 mil pontos

Página - 15

## Negócios



Embraer troca parte da diretoria e tenta se reestruturar para enfrentar pandemia

Página - 24

## Indústria

### Com demanda do agronegócio e uso também para lazer, picapes trazem alívio a montadoras



Segmento que tem dado certo alívio às montadoras na crise provocada pela pandemia do coronavírus, principalmente pela demanda do setor de agronegócios, as picapes cada vez mais se aproximam dos automóveis em termos de conforto e tecnologia. Criadas para transportar pequenas cargas, passaram a ser também demandadas para uso de lazer e familiar e versões mais luxuosas ganham espaço nas vendas.

No primeiro semestre deste ano, a participação das picapes nas vendas totais de automóveis e comerciais leves no País chegou a 14%, a maior da década, com 107,5 mil unidades vendidas. Enquanto as vendas de carros hatch e sedãs caíram cerca de 43% em relação a 2019, as de picapes tiveram retração de 32%, ficando atrás apenas dos utilitários-esportivos (SUVs), com redução de 30%

num mercado que está 40% inferior ao do ano passado.

Uma explicação estaria no uso maior para o trabalho independente, diante da queda dos empregos formais. Mas a utilização no lazer tem crescido. Um exemplo vem da recém lançada Fiat Strada que, em dez dias, teve 6 mil unidades vendidas, 40% delas da versão mais cara, R\$ 80 mil, que tem cabine estendida, quatro portas (inédito no segmento), central multimídia, câmara de ré e leva cinco passageiros.

“Projetamos a Strada para que a versão topo de linha pudesse alcançar 25% das vendas, mas, nesse instante, assumiu 40%”, afirma Herlander Zola, diretor da Fiat. A performance, diz ele, chama atenção especialmente pelo fato de a campanha publicitária do lançamento, que terá a versão mais cara, chamada de Volcano, como foco, só foi ao ar na última sexta-feira, ten-

do como garoto propaganda um cover de Elvis Presley.

O presidente da Bright Consulting, Paulo Cardamone, confirma que o agronegócio, por continuar crescendo apesar da crise econômica, mantém a demanda por picapes, em especial as de médio porte, como a Toyota Hilux, uma das preferidas no campo. “Junto com os SUVs é o segmento que está segurando o mercado”, diz.

O uso maior das picapes para lazer, contudo, tem levado a um crescente número e lançamentos no mercado brasileiro e também fora do País. As fabricantes veem o segmento como nova onda no mercado mundial, depois da já consolidada preferência pelos SUVs. Internacionalmente, marcas que não atuavam nesse nicho estão introduzindo produtos, como a Mercedes-Benz.

### Setor têxtil teve em abril e maio as piores perdas da história

Os desenvolvimentos de novos artigos e formas de vendas surgem como alternativa para superar um período difícil no setor dos vestuários.

De acordo com dados do IBGE, a fabricação de produtos têxteis caiu 51,1% em abril e mais 46,5% em maio, as piores perdas da história do setor. Já o comércio nos segmentos de tecidos, vestuário e calçados registrou, de março para abril, uma queda 60,6%.

O recuo fez com que a Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção) estimasse que até 80 mil postos de trabalho formais sejam perdidos até o fim de 2020. O número de demis-

sões só não será maior porque muitas companhias aderiram à MP (medida provisória) 936, que autoriza o corte de salários e jornadas de trabalhadores.

A projeção das indústrias têxteis no momento é a de que o faturamento seja abaixo de 70% do que seria esperado antes da pandemia.

“Nossa expectativa de queda hoje está em torno de 14% na área de têxtil para o lar e decorativo, e mais 18% na área de moda. Esses números significam perder, apenas em um ano, mais do que perdemos em dois anos na recessão de 2015 e 2016”, disse o presidente Fernando Pimentel.

Biznews



### Gás vai ficar mais caro: Petrobras reajusta preço em 5% nas refinarias



A Petrobras reajustou em 5% o preço médio do gás liquefeito de petróleo (GLP) nas suas refinarias. O aumento começou a valer desde quinta-feira (23). Com isso, o preço médio da Petrobras será equivalente a R\$ 26,55 por botijão de 13kg.

No acumulado do ano, o preço do gás de cozinha teve uma queda de 4,5%, ou de R\$ 1,26 no botijão de 13 kg. A companhia destacou que, desde novembro de

2019, igualou os preços de GLP para os segmentos residencial e industrial/comercial. A Petrobras acrescentou que vende o GLP a granel.

A companhia informou ainda que as distribuidoras são as responsáveis pelo envase em diferentes tipos de botijão e, junto com as revendas, são responsáveis pelos preços ao consumidor final.

De acordo com a Petrobras, os preços do GLP vendidos às distribuidoras têm como base o preço de paridade de importação, formado

pelos cotações internacionais destes produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas portuárias, por exemplo. Para a empresa, a paridade é necessária porque o mercado brasileiro de combustíveis é aberto à livre concorrência, dando às distribuidoras a alternativa de importar os produtos. Além disso, o preço considera uma margem que cobre os riscos, como volatilidade do câmbio e dos preços.

Biznews

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.:11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Vamos acompanhar o governo e ampliar crédito a pequenas e médias empresas, diz presidente do Bradesco



O presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, afirmou na quinta-feira (30) que o banco vai acompanhar o movimento do governo e ampliar a oferta de linhas para financiar pequenas e médias empresas. Citou como exemplo iniciativas que teriam apoio o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), o FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), também voltado a pequenos negócios.

“Acho que é um crédito que ainda anda um pouco de lado porque os empresários menores vão evitar fazer novos investimentos agora. Devemos crescer em linhas como o Pronampe e o FGI para poder atender estrutural-

mente essas empresas”, afirmou o executivo em entrevista à jornalistas.

O Bradesco deverá começar a conceder créditos pelo Pronampe em agosto.

Desde o início da pandemia, empresários têm reclamado sobre a falta de crédito no mercado bancário e afirmado que a alta burocracia, a demora na resposta e o aumento de juros e da exigência de garantias têm sido empecilhos na tomada de recursos em meio à crise do coronavírus.

Um levantamento feito no início deste mês pelo Ministério da Economia a pedido da Folha, apontava que apenas 17% dos recursos anunciados em programas de financiamento lançados ou regulamentados pelo governo haviam sido desembolsados - o que representa apenas R\$ 12,1 bilhões dos R\$ 70 bilhões anunciados

para quatro grandes linhas.

O Pronampe - que na época do levantamento ainda estava com uma execução de apenas 7,5% do previsto - foi destaque até agora. A linha teve 90% dos recursos disponibilizados emprestados em pouco mais de um mês.

Inicialmente o governo havia destinado R\$ 15,9 bilhões para linha. Os recursos são voltados para empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões (no caso do programa, vale a receita registrada em 2019). Na quarta-feira (29), no entanto, o Ministério da Economia afirmou que espera disponibilizar mais R\$ 12 bilhões para a linha até 15 de agosto.

Segundo o presidente do Bradesco, já houve uma melhora da confiança que também começa a refletir na carteira de crédito do banco.

Isabela Bolzani/Folhapress

## Governo estuda desonerar salários em até 25% em troca de imposto digital



O Ministério da Economia estuda propor uma desoneração de até 25% da folha de pagamento das empresas para todas as faixas salariais. A proposta amplia a ideia mencionada anteriormente, que previa corte de impostos apenas para rendimentos equivalentes a até um salário mínimo.

O assessor especial do Ministério da Economia, Guilherme Afif Domingos, afirma que os técnicos avaliam os impactos da medida.

“[Estudamos] até a desoneração para todos, reduzindo em 25% a contribuição. Esta-

## Confiança dos empresários de serviços cresce 7,3 pontos em julho

O Índice de Confiança de Serviços, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), avançou 7,3 pontos na passagem de junho para julho deste ano e chegou a 79 pontos, em uma escala de zero a 200. Essa foi a terceira alta consecutiva do indicador, que ainda está 15,4 pontos abaixo do patamar de fevereiro (94,4 pontos), ou seja, de antes da pandemia de covid-19.

Todos os 13 segmentos de serviços pesquisados tiveram alta na confiança. O Índice de Situação Atual, que mede a confiança do empresário brasileiro de serviços no momento presente, subiu 7 pontos e chegou a 71. O Índice de Expectativas, que mede a confiança no futuro, cresceu 7,5 pontos e passou para 87,3 pontos.

“A confiança de serviços mantém, em julho, a trajetó-

ria de recuperação após atingir o fundo do poço em abril. Apesar da melhora tanto na percepção sobre o momento atual, quanto em relação às expectativas, o resultado do mês precisa ser analisado com cautela porque ainda há um caminho considerável para voltar ao ritmo anterior à pandemia. As flexibilizações podem contribuir para a melhora da confiança do setor, mas a cautela dos consumidores e a incerteza que se mantém em patamar elevado impedem imaginar um cenário de recuperação robusta do setor no curto prazo”, explica o economista da FGV Rodolpho Tobler.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) do setor de serviços aumentou 3,3 pontos percentuais, para 80,5%, interrompendo sequência de quatro meses de quedas.

Vitor Abdala/ABR



mos fazendo o cálculo dentro disso”, disse à reportagem.

O corte de impostos pagos pelas empresas à União sobre os salários é um objetivo antigo de Guedes, que vê na tributação sobre a folha uma arma de destruição de empregos. Com isso, o ministro espera conter o desemprego ao reduzir o custo de uma contratação.

Para abrir mão dessa receita, no entanto, a equipe econômica considera que será necessária a criação de um novo imposto, a ser aplicado sobre pagamentos. “Tudo custa dinheiro”, disse Afif.

Os técnicos fazem as contas com uma alíquota mínima

de 0,2%. Eles estimam que ela renderia anualmente R\$ 120 bilhões aos cofres públicos.

Nos cálculos usados por Guedes, esse montante seria suficiente para desonerar empresas a pagar impostos aplicados até um salário mínimo (hoje, em R\$ 1.045).

Cortar tributos para essa faixa e estender ao menos parte da medida para as demais demandaria uma alíquota maior.

O ministério já vem mencionando a possibilidade de o novo imposto ter uma alíquota de 0,4%, o que, em tese, dobraria a arrecadação para R\$ 240 bilhões.

Fábio Pupo e Julio Wiziack/Folhapress

## FMFS – Participações e Empreendimentos Ltda.

CNPJ/MF nº 00.688.917/0001-20

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido							
	Controladora		Consolidado			Capital social		Operações com quotistas	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Nota	2019	2018	2019		2018	2019				
<b>Ativo</b>											
<b>Circulante</b>	11.005	2.365	83.244	54.517							
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.763	2.272	32.796	12	20.783	21.474	33.850	28.882		
Contas a receber	6	–	–	26.311	13	–	–	26.185	17.442		
Tributos a recuperar	7	240	82	15.813	–	–	–	15	7.112		
Dividendos a receber		–	–	2.925	14	–	–	–	24.903	21.222	
Títulos e valores mobiliários		–	–	13	4	3	11.540	7.221	–	–	
Partes relacionadas	8	–	–	269	16	–	–	2.287	3.909		
Despesas a apropriar		–	–	–	–	–	–	3.220	98		
Outros ativos		–	–	–	8	–	–	3.049	514	3.759	
<b>Não circulante</b>	71.413	83.199	332.304	237.245							
Títulos e valores mobiliários		1.587	–	12.851	–	–	–	–	–	–	
Partes relacionadas	8	2.926	23.417	72.750	12	21.423	37.912	28.919	39.971		
Depósitos judiciais		343	347	1.497	–	–	–	127.405	83.715		
Despesas a apropriar		–	–	–	16	–	–	26.566	17.511		
Outros ativos	9	66.557	59.435	62.796	8	29.218	6.065	5.026	8.236		
Investimentos		10	–	–	–	–	–	5.631	2.914		
Imobilizado		–	–	–	–	–	–	2.576	2.386		
Ativo de direito de uso		–	–	–	–	–	–	6.775	8.776		
Intangível	11	–	–	164.481	–	–	–	–	–		
<b>Total do ativo</b>		<b>82.418</b>	<b>85.564</b>	<b>415.548</b>	<b>291.762</b>						
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>											
<b>Passivo</b>											
<b>Circulante</b>											
Empréstimos e financiamentos	12	20.787	24.541	110.559	88.140						
Cessão de recebíveis imobiliários	13	–	–	–	–						
Fornecedores	–	–	–	–	–						
Salários e encargos a pagar	14	–	–	–	–						
Tributos e contribuições a recolher	15	–	–	–	–						
Obrigações com poder concedente	16	–	–	–	–						
Outros passivos	–	–	–	–	–						
Partes relacionadas	–	–	–	–	–						
Passivo de arrendamento	–	–	–	–	–						
<b>Não circulante</b>											
Empréstimos e financiamentos LP	12	21.423	37.912	28.919	39.971						
Cessão de recebíveis imobiliários	13	–	–	–	–						
Obrigações com poder concedente	16	–	–	–	–						
Partes relacionadas	8	29.218	6.065	5.026	8.236						
Outros passivos	–	–	–	–	–						
Dividendos a distribuir	–	–	–	–	–						
Tributos e contribuições a recolher	15	–	–	–	–						
Provisão para perdas com investimentos	9	126	126	–	–						
Passivo de arrendamento	–	–	–	–	–						
Provisão para demandas judiciais	17	–	–	–	–						
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>82.418</b>	<b>85.564</b>	<b>415.548</b>	<b>291.762</b>						

Capital social		Operações com quotistas		Patrimônio líquido não controladores		Participação dos não controladores	
	2019	2018		2019	2018	2019	2018
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>27.000</b>	–	<b>8.525</b>	–	<b>35.525</b>	<b>130</b>	<b>35.655</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	10.003	–	10.003	17.235	27.238
Operações com quotistas	–	–	(7.730)	–	(19.447)	–	(19.447)
Participação de não controladores (em controladas)	–	–	–	–	–	2.282	2.282
<b>Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)</b>	<b>27.000</b>	–	<b>(1.714)</b>	<b>795</b>	<b>26.081</b>	<b>19.647</b>	<b>45.728</b>
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	(8.366)	(795)	(9.161)	–	(9.161)
Em 1º de janeiro de 2019	<b>27.000</b>	–	<b>(10.080)</b>	–	<b>16.920</b>	<b>19.647</b>	<b>36.567</b>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	–	–	(6.056)	–	(6.056)	9.125	3.069
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	–	–	–	–	–	54.380	54.380
Participação de não controladores (em controladas)	–	–	–	–	–	2.498	2.498
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>27.000</b>	–	<b>(16.136)</b>	–	<b>10.864</b>	<b>85.650</b>	<b>96.514</b>

Controladora		Consolidado	
Nota	2019	2018	2019
Receita líquida	19	–	–
Custo dos serviços prestados	20	–	–
<b>Resultado bruto</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Despesas administrativas e gerais	21	(988)	(1.196)
Outras receitas e despesas	22	(259)	(272)
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>9</b>	<b>1.147</b>	<b>16.166</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>	<b>(100)</b>	<b>15.242</b>	<b>45.163</b>
Receitas financeiras	23	1.066	289
Despesas financeiras	23	(7,022)	(5,528)
Variação cambial líquida	23	–	–
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(9,556)</b>	<b>(5,239)</b>	<b>(31,698)</b>
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(6,056)</b>	<b>10.003</b>	<b>13.465</b>
IRPJ e contribuição social	24	–	–
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(6,056)</b>	<b>10.003</b>	<b>3.069</b>
Atribuível aos proprietários da controladora	9.125	17.235	3.069
Atribuível a participação dos não controladores	3.069	27.238	–

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(6,056)	10,003	3,069
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(6,056)</b>	<b>10,003</b>	<b>3,069</b>
Resultado atribuível aos proprietários da controladora	(6,056)	10,003	3,069
Resultado atribuível a participação dos não controladores	9,125	17,235	3,069

**1. Informações gerais** – FMFS – Participações e Empreendimentos Ltda. é uma sociedade limitada, constituída em 29/05/1995 com sede em São Paulo na rua Bela Cintra, nº 1149, Estado de São Paulo. A empresa tem por objeto a administração de bens próprios e a participação em outras empresas como acionista ou quotista. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Empresa em 01/06/2020. **2. Práticas contábeis e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** – **2.1. Base de preparação:** A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para entre outros: realização dos ativos intangíveis, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes e o valor justo dos instrumentos financeiros. Baseado nesse fato os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **(a) Demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis individuais (Controladora) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e estão apresentadas em conjunto com as demonstrações consolidadas. No balanço patrimonial individual as participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Empresa nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Empresa nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. A participação societária no resultado das controladas e controladas em conjunto é demonstrada no resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido da investida atribuível aos controladores. **(b) Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Empresa e de entidades controladas diretamente ou indiretamente através de suas controladas. O controle sobre essas entidades é obtido quando a Empresa tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data que o controle integral se inicia até a data em que deixa de existir. Em 31/12/2019 as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação integral não incluindo os empreendimentos controlados em conjunto, os quais são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial de acordo com os CPCs 18 (R2) e 19 (R2). Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas controladas pela Empresa são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis da controladora as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas e controladas em conjunto incluindo nas demonstrações contábeis e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas: **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Empresa tem o controle. A Empresa controla uma entidade quando está exposta ao tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e do pronunciamento técnico CPC 36 (R3) e compreendem as informações contábeis das suas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida: **2.2.1. Cujas participações das controladas diretas**

Tipo de con-	Participação	2019	2018
Solidada	100%	100%	100%
Socimam Administração, Projetos e Representações Ltda.	Integral	100%	100%
Socimam Infraestrutura e Participações Ltda.	Integral	100%	100%
Solving Participações e Empreendimentos S.A.	Integral	100%	100%

**2.3. Conversão em moeda estrangeira:** **(a) Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). **(b) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Empresa (R\$ – Reais), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, nas rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras". **(c) Moeda de apresentação e conversão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$), exceto quando expressamente indicado de outra forma. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos das controladas no exterior, cuja moeda funcional é a moeda local dos respectivos países onde operam, são convertidas para Reais (R\$) à taxa de câmbio vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para Reais (R\$) às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício. Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica "Outros resultados abrangentes" nas demonstrações do resultado abrangente e do patrimônio líquido. **2.4. Reconhecimento de receitas:** As receitas operacionais são reconhecidas ao resultado do exercício quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Empresa: **I. Serviços de atendimentos:** As controladas e suas investidas atuam na qualidade de prestadora de serviços de administração, operação e manutenção de terminais urbanos, terminais rodoviários, portos e aeroportos entre outras atividades, assim como presta serviços de apoio a população em centrais de atendimento denominadas "Popupmetro". **II. Taxa de embarque e utilização nos terminais rodoviários, portuários e aeroportuários:** As controladas e suas investidas atuam na qualidade de agente intermediária na operação de terminais rodoviários, portuários e aeroportuários executando a cobrança das Tarifas de Embarque no Terminal (TET) das empresas de transportes sedeadas nos terminais. Os valores são recebidos dos usuários pelas operadoras e repassados à concessionária conforme relatórios de

cabendo, portanto, os órgãos responsáveis determiná-las por meio de revisões periódicas, bem como proceder aos seus respectivos reajustes anuais que têm por objetivo o realinhamento de preços das tarifas em face da inflação. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários tendo como base a quantidade de operações realizadas em cada terminal. Ajuste a valor presente da outorga quando aplicável é efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5,5% a.a., estimada por juros compatíveis com a natureza o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga e baseada nas taxas de longo prazo praticadas no mercado no período compreendido não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. **2.14. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção) ou na demonstração do resultado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante a menos que a Empresa e suas controladas e controladas em conjunto tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. **2.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa e suas controladas e controladas em conjunto têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando há uma série de obrigações similares a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **(a) Riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Empresa e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16. IRPJ e CSLL sobre o lucro corrente e diferido:** As despesas de IRPJ e CSLL do exercício compreendem os impostos corrente e diferido, ambos reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de IRPJ e CSLL corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Empresa e suas controladas e controladas em conjunto nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões quando apropriado com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Nas entidades tributadas pelo lucro real o IRPJ e a CSLL são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o IRPJ e de 9% para a CSLL, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Conforme facultado pela legislação tributária certas controladas e controladas em conjunto cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$ 78.000 optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas entidades a base de cálculo do IRPJ é calculada à razão de 8% e a da CSLL à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quanto a receita proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras) sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. O IRPJ e CSLL diferidos ativo são reconhecidos somente se for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usados. Os impostos de renda e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda e CSLL incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.17. Benefícios a empregados e dirigentes:** Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Empresa incluem em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Empresa tem uma obrigação com base em regime de competência à medida que são incorridos. **2.18. Distribuição de Lucros:** Quando aplicável a distribuição de dividendos para os quotistas das Empresas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício. **2.19. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre saldos bancários e recebidos nos pagamentos em atraso de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com descontos concedidos a clientes, juros sobre empréstimos inclusive cessão de recebíveis imobiliários e despesas bancárias. **2.20. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados como mensurado: a custo amortizado; Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes – (VJORA) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial ou Valor Justo através do Resultado (VJR). A Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **(ii) Passivos financeiros:** São classificados como passivo financeiro a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) empréstimos e financiamentos ou com derivativos classificados como instrumento de hedge conforme o caso. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros

**2.21. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Na preparação dessas demonstrações financeiras a Administração da Empresa considerou quando aplicável novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB e pelo CPC respectivamente que entraram obrigatoriamente em vigor em 01/01/2019. Exceto pela adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, uma série de outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam as informações contábeis da Empresa. **2.21.1. CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil:** Em relação à norma sobre operações de arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)/IFRS 16 que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à normal atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes incluindo o CPC 06/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e o ICP 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. A Empresa optou pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 01/01/2019 com efeitos prospectivos, portanto, os períodos comparativos não estão sendo reapresentados e contemplam a abordagem da norma vigente à data base. A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de aluguel de imóveis mantidos até a adoção da norma como arrendamento mercantil operacional. **2.21.2. Definição de arrendamento:** Anteriormente a Empresa determinava no início do contrato se ele era ou continha um arrendamento sob o ICP 03/IFRIC 4 – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a Empresa optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICP 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento a Empresa aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. **2.21.3. Mensuração do passivo de arrendamento:** O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início descontados usando a taxa de financiamento do arrendatário.

... continuação

**Incremental de financiamento do arrendatário:** A Empresa considerou, para todos os contratos com partes relacionadas e terceiros, taxas de juros real necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Empresa na data de adoção da norma. **2.21.7. Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento:** O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício a medida em que são incorridos. **2.21.8. Mensuração do ativo de direito de uso:** O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. Adicionalmente a Empresa optou por excluir os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso. **2.21.9. Amortização do ativo de direito de uso:** Os contratos de arrendamento da Empresa não possuem cláusulas que permitam à Empresa exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, ou que for menor. A Empresa adota a alocação da amortização do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Empresa reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locatários na continuidade do contrato. **2.21.10. Valor recuperável do ativo de direito de uso:** A Empresa continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de loja e centros de

distribuição. **2.21.11. Arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro:** A Empresa optou por manter na rubrica de imobilizado e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção. Apresentação dos efeitos relacionados à aplicação do novo pronunciamento: O efeito da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil a partir de 01/01/2019 no balanço patrimonial de abertura está apresentada a seguir:

	Controladora Consolidada		
	2019	2018	2019 2018
Adição por adoção CPC 06 (R2)/IFRS 16	—	—	4.126
Passivo de arrendamento em 01/01/2019	—	—	4.126
Juros pagos	—	—	(12)
Juros apropriados	—	—	(857)
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	—	—	3.255
Circulante	—	—	948
Não Circulante	—	—	2.307
Total	—	—	3.255

**2.22. Reapresentação das demonstrações contábeis de 2018:** A Administração identificou ajustes que afetaram os balanços patrimoniais em 2018, bem como as demonstrações do resultado. Consequentemente a Empresa está reapresentando as demonstrações contábeis compreendendo esse exercício de acordo com o previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis. Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Os ajustes identificados referem-se a inconsistências no cálculo da equivalência patrimonial de determinados investimentos indiretos e na interpretação de determinadas operações com partes relacionadas, e reclassificação de saldo entre rubricas no patrimônio líquido para melhor apresentação. Os ajustes são apresentados nos quadros a seguir:

	Controladora Consolidada		
	2019	2018	2019 2018
Loações a receber	—	—	16.141 14.851
Taxa de embarque	—	—	2.599 1.089
Duplicatas a receber PJ	—	—	6.667 4.804
Secretaria do Estado de Transporte (i)	—	—	422 2.148
Outros Créditos (ii)	—	—	8.993 6.984
(+) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	—	—	(8.511) (6.239)
Total	—	—	26.311 23.637

(i) Valores a receber decorrentes da prestação de serviços realizados conforme estabelecido em contrato de concessão; (ii) Valores decorrentes das operações com a Reit Securizadora de Recebíveis Imobiliários S.A. através da celebração de contratos de cessão de créditos. Estão incluídos nos saldos de recebíveis as locações atreladas à Cessão de recebíveis imobiliários conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13. 7. Tributos a recuperar

	Controladora Consolidada		
	2019	2018	2019 2018
IRPJ saldo negativo	240	82	7.522 3.890
CSLL saldo negativo	—	—	2.914 1.579
PIS a recuperar	—	—	192 179
COFINS a recuperar	—	—	889 826
INSS a recuperar	—	—	3.469 1.655
Outros	—	—	827 783
Total	240	82	15.813 8.912

**8. Partes relacionadas**

	Controladora Consolidada		
	2019	2018	2019 2018
Ativo	—	—	269 553
Conta corrente com SCPs e Consórcios	—	—	269 553
Total circulante	—	—	269 553

	Controladora Consolidada		
	2019	2018	2019 2018
Ativo	—	—	52.824 51.633
Mútuos Imobiliária del Pacifico S.A.	—	—	52.824 51.633
Socicam Adm. e Projetos e Repres. Ltda.	—	—	15.192 255
SCP Angra	—	—	384
Universal Armazéns Gerais	—	—	465 645
AFAC Rio Termais	—	—	1.925 8.365

**9. Investimentos e provisão para perda com investimentos – 9.1. Detalhes dos investimentos – controladora**

	% – Participação		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo)		Resultado de equivalência patrimonial			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	99,99	100	69.462 (*)	13.155	(4.073)	(639)	15.082	13.155	(4.072)	(639)
Socicam Administração, Proj. e Representações Ltda.	99,99	100	51.305	46.060	5.245	16.785	51.302	46.056	5.245	16.781
Socicam Serviços Urbanos Ltda.	10	10	1.728	1.984	(256)	560	173	198	(26)	56
Socicipar Empreendimentos e Representações Ltda.	—	—	—	—	2.591	(38)	(32)	—	—	—
Solving Participações e Empreendimentos S.A.	100	100	(126)	(126)	—	(32)	(126)	(126)	—	(32)
Total	—	—	—	—	—	—	66.431	59.309	1.147	16.166
Provisão para perda c/investimentos – passivo não circulante	—	—	—	—	—	—	(126)	(126)	—	—
Investimentos – ativo não circulante	—	—	—	—	—	—	66.557	58.435	—	—
Total	—	—	—	—	—	—	66.431	59.309	—	—

(\*) contém adiantamento para futuro aumento de capital de sócio minoritário de RS 54.380.92. **Movimentação dos investimentos – controladora**

	Controladora Consolidada		
	2019	2018	2019 2018
Saldo inicial	59.309	43.841	59.309 43.841
(-) Resultado de equivalência patrimonial	—	—	1.147
Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.000	—	6.000
(+/-) Outros resultados com investimentos	(25)	(698)	(673)
Saldo final	66.431	59.309	66.431 59.309

**9.3. Detalhes dos investimentos – consolidado**

	Investimentos valência patrimonial		
	2019	2018	2019 2018
Coligadas – Socicam Administração, Projetos. e Representações Ltda.	56.080	43.135	1.222
Coligadas – Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	6.716	6.202	1.361
Total	62.796	49.337	2.583

**9.4. Movimentação dos investimentos – consolidado**

	Consolidado		
	2019	2018	2019 2018
Saldo inicial	49.337	52.089	49.337 52.089
(+) Adições	14.664	4.959	14.664 4.959
(-) Recebimento de dividendos	(2.574)	(4.464)	(2.574) (4.464)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	—	—	—
(+/-) Provisão para perdas e outros resultados em investimentos	(1.214)	(6.077)	(1.214) (6.077)
Saldo final	62.796	49.337	62.796 49.337

**10. Imobilizado**

	% – Taxa de depreciação	Depre- ciação Custo acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado
	2019	2018	2019	2018
Equipamentos de informática	20%	4.749	(3.809)	940
Máquinas e equipamentos	10%	5.223	(3.029)	2.194
Móveis e utensílios	10%	2.819	(1.888)	931
Veículos	20%	10.752	(10.331)	421
Terrenos	—	—	—	2.577
Total	—	23.543	(19.057)	4.486

A movimentação do imobilizado durante os exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018 é como segue:

	Consolidado		
	2019	2018	2019 2018
Saldo inicial	6.965	7.601	6.965 7.601
(+) Adições	1.686	1.085	1.686 1.085
(-) Baixas	(213)	(107)	(213) (107)
(-) Transferência para ativo intangível	(2.577)	—	(2.577)
(-) Amortização	(1.375)	(1.614)	(1.375) (1.614)
Saldo Final	4.486	6.965	4.486 6.965

**11. Intangível**

	% – Taxa de amortização	Amor- tização acumu- lada	Intan- gível líquido	Intan- gível
	2019	2018	2019	2018
Infraestrutura de concessão	(ii)	136.764	(27.895)	108.869
Outorga de concessão	(ii)	47.029	(6.353)	40.676
Gastos para ingresso na concessão	(ii)	4.500	(37)	4.463
Total	—	188.293	(34.285)	154.008

A movimentação do intangível durante os exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018, é como segue:

	Consolidado		
	2019	2018	2019 2018
Saldo inicial	85.163	66.242	85.163 66.242
(+) Adições	83.313	25.692	83.313 25.692
(+) Transferências	2.577	—	2.577
(-) Baixas	(898)	(933)	(898) (933)
(-) Amortização	(5.674)	(5.838)	(5.674) (5.838)
Saldo Final	164.481	85.163	164.481 85.163

i. As infraestruturas de concessão são registradas no ativo intangível conforme interpretação técnica ICP 01 – Contratos de concessão e são amortizadas pelo método linear pelo prazo de concessão por meio do contrato de concessão das unidades concedidas; ii. A outorga de concessão é amortizada mensalmente a partir do início das operações pelo prazo residual definido no contrato de concessão. O contrato de concessão determina a referência dos bens adquiridos ou construídos incluindo instalações, equipamentos, sistemas, maquinários, móveis e utensílios ao poder concedente no término do prazo do contrato de concessão. **12. Empréstimos e financiamentos – 12.1. Abertura dos saldos contábeis por modalidade**

	Controladora Consolidada		
	2019	2018	2019 2018
Banco Safra	—	—	155 1.762
Banco Itaú	—	—	34.387 48.244
Banco ABC	—	—	3.707
Banco Bradesco	—	—	9.565 14.102
Banco do Brasil	—	—	4.366
Banco Daycoval	—	—	1.222
Banco Bradesco	—	—	7.976 1.457
Banco PINE	—	—	1.950
Banco PINE	—	—	1.950
Emprest.Mútuos Pessoa Física	98	1.107	98 1.107
Banco Itaú	—	—	141
Leasing	—	—	—
Banco Bradesco	—	—	18
Banco Daycoval	—	—	213
Banco Indusval	—	—	83
Total	42.206	59.386	62.769 68.853

**Circulante**

	Controladora Consolidada		
	2019	2018	2019 2018
Total	20.783	21.474	33.850 28.882
Não Circulante	21.423	37.912	28.919 39.971

(i) As taxas de juros variam de 0,30% a 0,70% ao mês para os empréstimos nas modalidades capital de giro e conta garantida e para os empréstimos na modalidade leasing de 1,25% a 1,54% ao mês. **12.2. Empréstimos e financiamentos por ano de vencimento – não circulante**

	Controladora Consolidada		
	2019	2018	2019 2018
2020	—	—	18.314
2021	21.219	19.598	28.715
2022	204	—	204
Total	21.423	37.912	28.919 39.971

	Controladora Consolidada		
	2019	2018	2019 2018
Ativo	—	—	—
AFAC SPE Belo Horizonte	—	—	5.569
Nova Lapa Empreendimentos SPE S.A.	—	—	441 6.542
Conta corrente com SCPs e Consórcios	—	—	7.066 9.586
Conta corrente com pessoa física	—	—	1.919
CTRCG – Conc. Term. Campo Grande	—	—	395
Contermas S.A.	—	—	790 946
Rodoviária do Rio de Janeiro S/A	—	—	5
Socicam Serviços Urbanos	—	—	—
Socicam Infraestrutura e Participações	2.923	6.306	—
Estrela Polar S.A.	—	—	3.026 3.130
Total não circulante	2.926	23.417	72.750 83.456

**Passivo**

	Controladora Consolidada		
	2019	2018	2019 2018
Notas Promissórias a Pagar	—	—	3.049
Conta corrente com SCPs e Consórcios	—	—	514 710
Total circulante	—	—	3.049 514
Concessionária Novo Rio S/A	—	—	978 676
Socicam Adm. e Projetos e Repres. Ltda.	29.218	—	84
Solving Participações e Empreendimentos S.A.	—	—	599
Socicipar Empreendimentos	—	—	2.724
Conta corrente com pessoa física	—	—	3.643
CTRC – Conc. Term. Campinas	—	—	597 3.318
Universal Armazéns Gerais	—	—	66
SCPs – Socicam Administração Projetos	—	—	3.072
Conta corrente com SCPs e Consórcios	—	—	229 599
Total não circulante	29.218	6.065	5.026 8.236

Os saldos das contas mantidos com sociedades controladas e controladas em conjunto representam operações de crédito em conta corrente e não possuem vencimento predefinido. Os saldos a receber pela sociedade controladora correspondem a recursos transferidos para as sociedades controladas e controladas em conjunto com o objetivo de suportar as operações das concessionárias naquelas sociedades. Os saldos no passivo correspondem ao recebimento de recursos das sociedades controladas e controladas em conjunto originários basicamente de operações de investimento.

**12.3. Garantias:** Os empréstimos e financiamentos a controladora e no consolidado estão garantidos por avais dos sócios e garantias fiduciárias. **12.4. Cláusulas restritivas (covenants):** As CCB Estruturadas – Itaú emitidas possuem cláusulas específicas para vencimentos antecipados sendo que as principais cláusulas restritivas que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida são: A FMFS – Participações e Empreendimentos Ltda, deverá cumprir com os seguintes índices financeiros, calculados ao término de cada exercício social: (a) Razão entre "Dívida Líquida/EBITDA" sendo menor ou igual a: (i) 2,50 para o exercício findo em 31/12/2017; (ii) 2,90 para o exercício findo em 31/12/2018; (iii) 2,70 para o exercício findo em 31/12/2019; (iv) 2,50 para o exercício findo em 31/12/2020. (b) Dívida bruta menor ou igual: (i) R\$ 200.000 para o exercício findo em 31/12/2017; (ii) R\$ 225.000 para o exercício findo em 31/12/2018; (iii) R\$ 220.000 para o exercício findo em 31/12/2019; (iv) R\$ 200.000 para o exercício findo em 31/12/2020. A Administração monitora constantemente os termos contratados, a fim de garantir que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos pela Empresa. A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado do contrato. Os índices financeiros não foram atingidos no exercício findo de 31/12/2019, para determinada operação no valor de R\$ 18.295. Serão iniciadas negociações com os credores com o objetivo de obter waiver do vencimento antecipado da dívida e a administração está confiante no sucesso do pedido. Recentemente finalizamos uma negociação bem sucedida com os credores das Debentures para mitigação de parte dos impactos da Covid-19 e consequente preservação do caixa da Empresa. Por termos um bom histórico de adimplimento nas parcelas mensais desde o início da operação, bem como, os credores estarem acompanhando a trajetória positiva e crescente de resultados do Grupo Socicam, acreditamos ser bastante provável obtermos sucesso nesta negociação.

**13. Certificados de recebíveis imobiliários (consolidado) – A Sociedade controladora efetua a captação de recursos financeiros por meio de créditos de recebíveis imobiliários os quais são aplicados nas sociedades controladas e controladas em conjunto para financiamento de seus empreendimentos e são apresentados nesta rubrica:**

	Emissão	Vencimento	Correção/Índices	2019	2018
	17/09/2014	2019	—	—	5.745
	02/02/2015	2024	10,57% a.a. + IPCA	45.831	46.075
	31/05/2016	2024	11,00% a.a. + IGP-M	43.703	49.337
	15/05/2019	2026	9,00% a.a. + IGP-M	64.056	—
Total	—	—	—	153.590	101.157

**13. Certificados de recebíveis imobiliários (consolidado) – A Sociedade controladora efetua a captação de recursos financeiros por meio de créditos de receb**





# Publicidade Legal

## Kid Participações S.A. – CNPJ/MF nº 03.360.355/0001-80

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial – Ativo			Balanco Patrimonial – Passivo		
Nota	2019	2018	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>					
	<b>15.540</b>	<b>14.134</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido: Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.832	20.691	16.601	16
Contas a receber de clientes	5	1	Forneedores		16
Contas a receber – partes relacionadas	9	67	Obrigações trabalhistas		11
Estoques	6	6.337	Obrigações fiscais		63
Impostos a recuperar			Dividendos Juros sobre Capital Próprio a Pagar	10	2.748
Dividendos a receber	4.268	4.789	Outras Obrigações		17.853
Outros ativos	35	11	<b>Não circulante: Patrimônio líquido</b>	10	<b>65.270</b>
<b>Não circulante</b>			15.000	3.150	
Contas a receber – partes relacionadas	9	7.360	Reserva de lucros		49.653
Investimento	7	55.332	Ajustes de Avaliação Patrimonial		617
Imobilizado	27	34	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	85.961	<b>77.919</b>
Propriedade para investimento	8	7.702			
<b>Total do ativo</b>	<b>85.961</b>	<b>77.919</b>			

Demonstração do Resultado		Demonstração do Fluxo de Caixa				
Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>Ativo líquido no início do período</b>		
	11	806	945		3.950	
<b>Custo dos produtos e serviços vendidos</b>		<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa</b>		<b>originiário das atividades operacionais:</b>		
	(209)			Ajustes de avaliação patrimonial (6.811) (1.767)		
<b>Lucro bruto</b>	<b>806</b>	<b>736</b>	<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>			
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>			<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Administrativas e Gerais 12 (214) (237)			Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações 4.872 536			
Depreciações e Amortizações 12 (135) (140)			<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>			
Equivalência Patrimonial 3.233 2.685			RPJ e contribuição social sobre o lucro líquido pagos 2.761 1.461			
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas 13 85 65			Fluxo de caixa de operações de investimentos 211 176			
<b>2.969 2.373</b>			<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>			
<b>3.775 3.109</b>			Aquisição de Imobilizado (23) (62)			
<b>Resultado financeiro: Receitas financeiras</b>			Venda de Imobilizado (35)			
	14	562	715	Ajustes de avaliação patrimonial 500 44		
Despesas financeiras (155) (394)			<b>Fluxo de caixa de operações de financiamentos:</b>			
	<b>407 321</b>	Dividendos pagos (1.289) (452)				
<b>Lucro antes do IRPJ e da contribuição social</b>			<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>			
	<b>4.182 3.430</b>	<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>				
Imposto de renda e contribuição social: Corrente (232) (189)			Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício 2.672 1.390			
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício</b>			
	<b>3.950 3.241</b>	<b>3.950 3.241</b>				
Quantidade ponderado de ações do capital social 6.465 6.465						
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$</b>						
	<b>610,96 501,37</b>					

Demonstração do Resultado Abrangente	
2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.950 3.241
Outros Resultados Abrangentes	617 117
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>4.567 3.358</b>

**Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional** – A Kid Participações S/A (“Companhia”) com sede em São Paulo-SP, tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis, locação de bens, loteamento e incorporação de bens. **2. Aspectos Societários** – O maior investimento em participação societária está vinculado ao controle acionário das empresas RER Participações S/A e RKBens Participações e Empreendimentos S/A. Em 31/12/2019, a Kid Participações S/A constituiu uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), denominada SCP-Empreendimento Loteamento São Rafael, cujo objeto social é a compra, venda, locação, desmembramento e loteamentos, incorporações imobiliárias e construções de imóveis. **3. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das Principais Práticas Contábeis** – 3.1. **Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuído. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **c) Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. **d) Estoques:** Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado pelo valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. **e) Propriedades para investimentos:** **i) Imóveis acabados:** São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo inclui a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. **ii) Custos subsequentes à aquisição da propriedade:** São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **f) Tributação:** A base de cálculo do IRPJ em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no artigo 15, X, “c” da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis artigo 15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 60. A base de cálculo da CSLL em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no artigo 15, X, “c” da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis artigo 15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R\$ 60. **g) Créditos e obrigações:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **h) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. **h.1) Ativos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. **ii) Empreendimentos concedidos e recebíveis:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **h.2) Passivos financeiros:** São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização

Balanco Patrimonial – Ativo		Balanco Patrimonial – Passivo			
Nota	2019	2018	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>					
	<b>15.540</b>	<b>14.134</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido: Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.832	20.691	16.601	16
Contas a receber de clientes	5	1	Forneedores		16
Contas a receber – partes relacionadas	9	67	Obrigações trabalhistas		11
Estoques	6	6.337	Obrigações fiscais		63
Impostos a recuperar			Dividendos Juros sobre Capital Próprio a Pagar	10	2.748
Dividendos a receber	4.268	4.789	Outras Obrigações		17.853
Outros ativos	35	11	<b>Não circulante: Patrimônio líquido</b>	10	<b>65.270</b>
<b>Não circulante</b>			15.000	3.150	
Contas a receber – partes relacionadas	9	7.360	Reserva de lucros		49.653
Investimento	7	55.332	Ajustes de Avaliação Patrimonial		617
Imobilizado	27	34	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	85.961	<b>77.919</b>
Propriedade para investimento	8	7.702			
<b>Total do ativo</b>	<b>85.961</b>	<b>77.919</b>			

Demonstração do Resultado		Demonstração do Fluxo de Caixa				
Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>Ativo líquido no início do período</b>		
	11	806	945		3.950	
<b>Custo dos produtos e serviços vendidos</b>		<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa</b>		<b>originiário das atividades operacionais:</b>		
	(209)			Ajustes de avaliação patrimonial (6.811) (1.767)		
<b>Lucro bruto</b>	<b>806</b>	<b>736</b>	<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>			
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>			<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Administrativas e Gerais 12 (214) (237)			Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações 4.872 536			
Depreciações e Amortizações 12 (135) (140)			<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>			
Equivalência Patrimonial 3.233 2.685			RPJ e contribuição social sobre o lucro líquido pagos 2.761 1.461			
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas 13 85 65			Fluxo de caixa de operações de investimentos 211 176			
<b>2.969 2.373</b>			<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>			
<b>3.775 3.109</b>			Aquisição de Imobilizado (23) (62)			
<b>Resultado financeiro: Receitas financeiras</b>			Venda de Imobilizado (35)			
	14	562	715	Ajustes de avaliação patrimonial 500 44		
Despesas financeiras (155) (394)			<b>Fluxo de caixa de operações de financiamentos:</b>			
	<b>407 321</b>	Dividendos pagos (1.289) (452)				
<b>Lucro antes do IRPJ e da contribuição social</b>			<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>			
	<b>4.182 3.430</b>	<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>				
Imposto de renda e contribuição social: Corrente (232) (189)			Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício 2.672 1.390			
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício</b>			
	<b>3.950 3.241</b>	<b>3.950 3.241</b>				
Quantidade ponderado de ações do capital social 6.465 6.465						
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$</b>						
	<b>610,96 501,37</b>					

**14. Resultado Financeiro**

Receitas Financeiras: Ganhos com investimentos

Receita sobre aplicação financeira

Despesas Financeiras: Perdas com investimentos

Juros Passivos

Despesas Bancárias

Total

**15. Instrumentos Financeiros** – As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Companhia, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Companhia reconhecidos em 31/12/2019 e de 2018 estão distribuídos como segue:

Balanco Patrimonial – Ativo		Balanco Patrimonial – Passivo			
Nota	2019	2018	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>					
	<b>15.540</b>	<b>14.134</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido: Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.832	20.691	16.601	16
Contas a receber de clientes	5	1	Forneedores		16
Contas a receber – partes relacionadas	9	67	Obrigações trabalhistas		11
Estoques	6	6.337	Obrigações fiscais		63
Impostos a recuperar			Dividendos Juros sobre Capital Próprio a Pagar	10	2.748
Dividendos a receber	4.268	4.789	Outras Obrigações		17.853
Outros ativos	35	11	<b>Não circulante: Patrimônio líquido</b>	10	<b>65.270</b>
<b>Não circulante</b>			15.000	3.150	
Contas a receber – partes relacionadas	9	7.360	Reserva de lucros		49.653
Investimento	7	55.332	Ajustes de Avaliação Patrimonial		617
Imobilizado	27	34	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	85.961	<b>77.919</b>
Propriedade para investimento	8	7.702			
<b>Total do ativo</b>	<b>85.961</b>	<b>77.919</b>			

Demonstração do Resultado		Demonstração do Fluxo de Caixa				
Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>Ativo líquido no início do período</b>		
	11	806	945		3.950	
<b>Custo dos produtos e serviços vendidos</b>		<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa</b>		<b>originiário das atividades operacionais:</b>		
	(209)			Ajustes de avaliação patrimonial (6.811) (1.767)		
<b>Lucro bruto</b>	<b>806</b>	<b>736</b>	<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>			
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>			<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Administrativas e Gerais 12 (214) (237)			Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações 4.872 536			
Depreciações e Amortizações 12 (135) (140)			<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>			
Equivalência Patrimonial 3.233 2.685			RPJ e contribuição social sobre o lucro líquido pagos 2.761 1.461			
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas 13 85 65			Fluxo de caixa de operações de investimentos 211 176			
<b>2.969 2.373</b>			<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>			
<b>3.775 3.109</b>			Aquisição de Imobilizado (23) (62)			
<b>Resultado financeiro: Receitas financeiras</b>			Venda de Imobilizado (35)			
	14	562	715	Ajustes de avaliação patrimonial 500 44		
Despesas financeiras (155) (394)			<b>Fluxo de caixa de operações de financiamentos:</b>			
	<b>407 321</b>	Dividendos pagos (1.289) (452)				
<b>Lucro antes do IRPJ e da contribuição social</b>			<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>			
	<b>4.182 3.430</b>	<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>				
Imposto de renda e contribuição social: Corrente (232) (189)			Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício 2.672 1.390			
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício</b>			
	<b>3.950 3.241</b>	<b>3.950 3.241</b>				
Quantidade ponderado de ações do capital social 6.465 6.465						
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$</b>						
	<b>610,96 501,37</b>					

A movimentação do custo das propriedades para investimento ao longo do período é como segue:

Saldo 2018	Adições	Transferências	Reincorporações	Saldo 2019
Terrenos 5.579	-	(2)	5.577	
Edifícios e Construções 3.206	-	-	3.206	
Obras em andamento 89	23	-	112	
<b>8.874</b>	<b>23</b>	<b>(2)</b>	<b>8.895</b>	
<b>Saldo 2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Reincorporações</b>	<b>Saldo 2018</b>
Terrenos 5.579	-	-	5.579	
Edifícios e Construções 3.206	-	-	3.206	
Obras em andamento 26	63	-	89	
<b>8.811</b>	<b>63</b>	<b>-</b>	<b>8.874</b>	

**DÓLAR compra/venda**

**Câmbio livre BC - R\$ 5,1831 / R\$ 5,1837 \*\***

**Câmbio livre mercado - R\$ 5,157 / R\$ 5,159 \***

**Turismo - R\$ 4,890 / R\$ 5,370**

(\*) cotação média do mercado

(\*\*) cotação do Banco Central

**Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,270%**

**OURO BM&F R\$ 321,70**

**BOLSAS Bovespa (Ibovespa) Variação: -0,56%**

**Pontos: 105.008**

**Volume financeiro: R\$ 29,123 bilhões**

**Maiores altas: Localiza ON (10,69%), Grupo Natura ON (9,02%), RaiaDrogasil ON (4,98%)**

**Maiores baixas: Pão de Açúcar ON (-3,82%), Banco do Brasil ON (-3,17%), Bradesco PN (-2,80%)**

**S&P 500 (Nova York): -0,38%**

**Dow Jones (Nova York): -0,85%**

**Nasdaq (Nova York): 0,43%**

**CAC 40 (Paris): -2,13%**

**Dax 30 (Frankfurt): -3,45%**

**Financial 100 (Londres): -2,31%**

**Nikkei 225 (Tóquio): -0,26%**

**Hang Seng (Hong Kong): -0,69%**

**Shanghai Composite (Xangai): -0,23%**

**CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,49%**

**Merval (Buenos Aires): 1,07%**

**IPC (México): -1,37%**

### ÍNDICES DE INFLAÇÃO

**IPC/IBGE**

**Fevereiro 2019: 0,54%**

**Março 2019: 0,77%**

**Abril 2019: 0,60%**

**Maio 2019: 0,15%**

**Junho 2019: 0,01%**

**Julho 2019: 0,10%**

**Agosto 2019: 0,12%**

**Setembro 2019: -0,05%**

**Outubro 2019: 0,**

# Publicidade Legal

Alliage S.A. Indústrias Médico Odontológica															
CNPJ/MF nº 55.979.736/0001-45															
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais)															
Balancos Patrimoniais						Demonstrações dos Fluxos de Caixa									
Ativo			Passivo			Fluxos de caixa das atividades operacionais			Fluxos de caixa das atividades de investimentos			Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>	262.994	206.292	257.226	207.681	<b>Circulante</b>	195.071	119.027	199.834	119.918	<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(4.521)	18.892	(4.892)	18.572	<b>Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa:</b>
Caixa e equivalentes de caixa	67.757	5.601	69.995	8.219	Fornecedores	29.414	25.857	28.516	23.700	Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa:	12.422	8.716	12.381	8.716	Resultado de participação societária
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	124.533	53.767	124.533	53.767	Resultado de participação societária	533	1.323	-	-	Depreciação e amortização
Contas a receber de clientes	98.989	104.229	93.185	94.766	Passivos de arrendamento	2.714	-	2.714	-	Resultado de participação societária	1.546	1.103	1.546	-	Realização do valor justo na combinação de negócios
Contas a receber pela venda de investimentos	2.914	4.645	81	4.652	Adiantamentos de clientes	24.148	23.367	25.416	24.328	Resultado na baixa/alienação de bens do imobilizado e intangível	(96)	(427)	(96)	(427)	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos
Estoque	80.794	81.588	89.403	88.305	Salários e encargos sociais	7.051	6.492	8.204	6.499	Resultado na baixa/alienação de bens do imobilizado e intangível	36.368	21.349	36.042	22.051	Provisão para perdas com estoques
Tributos a recuperar	7.395	6.031	9.084	7.322	Tributos a recolher	4.046	4.602	5.203	5.397	Provisão para contingências e garantias	(2.358)	315	(2.358)	315	Provisão para contingências e garantias
Imposto de renda e contribuição social	565	-	706	104	Provisão para parâmetros	2.462	3.646	2.462	3.646	Provisão para contingências e garantias	2.105	5.054	2.105	5.054	Ganho com instrumentos financeiros
Despesas antecipadas	1.042	1.335	1.042	1.335	Outros passivos	703	1.297	2.784	2.581	Derivativos	(5.513)	(1.129)	(5.513)	(1.129)	Demas provisões
Outros ativos	3.538	1.734	3.729	1.849	<b>Não circulante</b>	<b>277.212</b>	<b>276.691</b>	<b>269.324</b>	<b>267.592</b>	Variáveis no capital circulante:	3.793	6.735	296	8.386	Contas a receber de clientes
<b>Não circulante</b>	<b>242.034</b>	<b>225.099</b>	<b>233.876</b>	<b>215.933</b>	Empréstimos e financiamentos NC	245.573	259.646	245.573	259.646	Contas a receber de clientes	3.003	(3.697)	1.111	(9.466)	Estoques
Realizável a longo prazo	81.956	83.958	74.864	74.683	Passivos de arrendamento	13.437	-	13.437	-	Tributos a recuperar	(2.378)	(33.529)	(2.813)	(34.942)	Tributos a recuperar
Tributos a recuperar NC	32.515	32.066	32.515	32.066	Partes relacionadas	6.642	2.630	6.642	2.630	Partes relacionadas	(3.132)	784	(538)	648	Outros ativos
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.096	18.281	20.693	18.932	Provisão para contingências	3.124	4.298	3.124	4.298	Outros ativos	4.089	5.422	5.348	6.770	Fornecedores
Empréstimos pessoas ligadas	10.983	10.234	131	34	Tributos a pagar e outros passivos	327	326	548	474	Salários e encargos sociais	559	(1.202)	1.705	(1.223)	Adiantamentos de clientes
Contas a receber de clientes NC	2.584	5.119	2.584	5.119	Provisão para passivo a descoberto de controladas	8.109	6.653	-	-	Adiantamentos de clientes	(2.379)	(15.610)	(2.072)	(9.319)	Outros passivos
Contas a receber pela venda de investimentos NC	14.471	16.887	17.304	16.880	<b>Total do passivo</b>	<b>472.283</b>	<b>395.718</b>	<b>469.158</b>	<b>387.510</b>	Outros passivos	(1.198)	(506)	(915)	1.643	<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações</b>
Depósitos judiciais e outros ativos	1.042	1.371	1.638	1.652	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>32.745</b>	<b>35.672</b>	<b>32.745</b>	<b>35.672</b>	Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	40.732	6.167	39.102	8.064	Encargos pagos sobre empréstimos e financiamentos
Investimentos	6.700	5.969	-	-	Atribuível aos acionistas da controladora	Capital social	76.963	76.963	76.963	ImpR/JP e contribuição social pagos	(18.991)	(28.595)	(18.991)	(28.595)	Amortização de empréstimos e financiamentos
Ativo de direito de uso	15.534	-	15.534	-	Reserva de avaliação patrimonial	60.974	62.888	60.974	62.888	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	21.742	(24.571)	20.037	(22.986)	Ingressos de empréstimos e financiamentos
Imobilizado	32.561	33.279	33.783	34.401	Reserva de subvenção para investimento	4.754	4.754	4.754	4.754	Fluxos de caixa das atividades de investimentos	12.469	(12.200)	(11.797)	(14.027)	Amortizações de empréstimos e financiamentos
Intangível	105.283	101.892	109.696	106.310	Prejuízos acumulados	(109.946)	(108.932)	(109.946)	(108.933)	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(2.439)	(275.987)	(2.439)	(275.987)	Ingressos de empréstimos e financiamentos
<b>Total do ativo</b>	<b>505.028</b>	<b>431.391</b>	<b>501.102</b>	<b>423.074</b>	Participação dos não controladores	32.745	35.672	31.945	35.564	Amortizações de empréstimos e financiamentos	43.754	297.920	43.754	297.920	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>															
<b>Em 01 de janeiro de 2018</b>	76.963	64.850	76.963	64.850	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Amortizações de empréstimos e financiamentos	(2.439)	(275.987)	(2.439)	(275.987)	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
Realização de custo atribuído, líquida de tributos	-	(263)	-	(263)	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Ingressos de empréstimos e financiamentos	43.754	297.920	43.754	297.920	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
Variável cambial de investimentos localizados no exterior	-	(595)	-	(595)	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Amortizações de empréstimos e financiamentos	(2.439)	(275.987)	(2.439)	(275.987)	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
Ajuste de avaliação patrimonial na combinação de negócios	-	(1.103)	-	(1.103)	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Ingressos de empréstimos e financiamentos	43.754	297.920	43.754	297.920	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Amortizações de empréstimos e financiamentos	(2.439)	(275.987)	(2.439)	(275.987)	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	76.963	62.888	76.963	62.888	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Ingressos de empréstimos e financiamentos	43.754	297.920	43.754	297.920	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
Realização de custo atribuído, líquida de tributos	-	(168)	-	(168)	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Amortizações de empréstimos e financiamentos	(2.439)	(275.987)	(2.439)	(275.987)	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
Variável cambial de investimentos localizados no exterior	-	(200)	-	(200)	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Ingressos de empréstimos e financiamentos	43.754	297.920	43.754	297.920	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
Ajuste de avaliação patrimonial na combinação de negócios	-	(1.546)	-	(1.546)	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Amortizações de empréstimos e financiamentos	(2.439)	(275.987)	(2.439)	(275.987)	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Ingressos de empréstimos e financiamentos	43.754	297.920	43.754	297.920	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	76.963	60.974	76.963	60.974	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Amortizações de empréstimos e financiamentos	(2.439)	(275.987)	(2.439)	(275.987)	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
<b>Demonstrações do Resultado</b>															
<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>		
Recetas	259.469	260.655	256.626	257.194	Recetas	(33.583)	(24.540)	(33.265)	(25.322)	Recetas	(33.583)	(24.540)	(33.265)	(25.322)	
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(162.643)	(159.151)	(162.739)	(159.784)	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.521)	18.892	(4.892)	18.572	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.521)	18.892	(4.892)	18.572	
Lucro bruto	96.826	101.504	93.887	97.410	Imposto de renda	1.321	(6.125)	1.106	(6.244)	Imposto de renda	1.321	(6.125)	1.106	(6.244)	
Despesas com vendas	(48.819)	(45.625)	(54.122)	(49.165)	Contribuição social	472	(2.234)	365	(2.305)	Contribuição social	472	(2.234)	365	(2.305)	
Despesas administrativas	(23.456)	(33.127)	(26.460)	(36.345)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	
Resultado de participações societárias	(533)	(1.323)	-	-	Resultado de participação societária	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Resultado de participação societária	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	
Outros ganhos, líquidos	5.043	22.003	5.088	21.904	Resultado de participação societária	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Resultado de participação societária	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	
<b>Lucro operacional</b>	<b>29.061</b>	<b>43.432</b>	<b>28.393</b>	<b>43.805</b>	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(2.728)</b>	<b>10.533</b>	<b>(3.421)</b>	<b>10.023</b>	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(2.728)</b>	<b>10.533</b>	<b>(3.421)</b>	<b>10.023</b>	
Recetas financeiras	3.780	16.593	4.167	16.603	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	
Despesas financeiras	(30.616)	(38.621)	(31.323)	(39.493)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	
Variável cambial, líquida	(6.747)	(2.512)	(6.129)	(2.343)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.728)	10.533	(3.421)	10.023	

**Galileo Tecnologia para Gás S.A.**  
 CNPJ/ME em Constituição - Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima  
**Data, Hora e Local:** 10/01/2020 às 10h00, na sede da sociedade que ora se constitui, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 750, sala B, conjunto 32, 3º andar, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Ordem do Dia:** (a) aprovação do estatuto social, já do conhecimento de todos e cujo teor consta do documento anexo a presente; (b) eleição e fixação dos honorários dos diretores; (c) aprovação da forma e momento de integralização do capital social. **Deliberações unânimes:** 5.1. Aprovada a lavratura da presente ata na forma de sumário; 5.2. Aprovação do Estatuto Social e Constituição da Galileo Tecnologia para Gás S.A.. Após leitura integral do estatuto social, o presidente submeteu-o à discussão, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida, foi declarada definitivamente constituída a Galileo Tecnologia para Gás S.A. 5.3. Eleição dos Diretores: O Presidente deu início à votação. Por unanimidade foram eleitos para compor a Diretoria: Diretor Presidente: **Horácio Ruben Andrés**, RNE nº W052759D e CPF/MF nº 014.575.648-31; e Diretor sem designação específica: **Federico Diego Andres**, RNE nº W052921-U e CPF: 224.201.128-65. Os membros da diretoria declararam, ainda, que não foram condenados em qualquer penalidade legal que os impeçam de exercer a administração da Sociedade. Foram fixados os honorários da Diretoria em 2 salário mínimo mensais. 5.4. Momento e forma de integralização do capital: Restou estabelecido, que a integralização das ações subscritas será efetuada da seguinte forma: 5.4.1. O capital social da Sociedade, no valor de R\$ 1.220.000,00 é detido pela Galileo Global Technologies Ltd, titular de 1.218.780 ações ordinárias e nominativas, e pelo Horacio Ruben Andres, titular de 1.220 ações ordinárias e nominativas. 5.4.2. O capital social será integralizado, por Galileo Global Technologies Ltd, e Horacio Ruben Andres, na proporção da participação acionária no capital social, cabendo a Galileo Global Technologies Ltd, o valor de R\$ 1.218.780,00 e ao Horacio Ruben Andres o valor de R\$ 1.220,00, totalmente integralizados e subscritos, em moeda corrente nacional. 5.5. O Conselho Fiscal será composto por 03 membros e suplentes em igual número, fazendo parte do conselho como membro titular: **Horácio Ruben Andrés**, acima qualificado, e **Oswaldo Claudio Del Campo**, Passaporte nº AAF452881 Argentina e CPF nº 233.038.278-26, e **Ignacio Sorrosal**, Passaporte nº 24.155.631N Argentina, e como Suplentes: **Pablo Gustavo del Campo**, Passaporte nº 21173669N Argentina, e **Paula Debora Behar**, Passaporte nº AAB019044 Argentina, e **Maximiliano Matias Fernandez**, Passaporte nº 29133546N Argentina. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Advogada:** Dra. Flávia A. de Moraes Barros Stacchini - OAB-SP nº 166.062. JUCESP - Registrado sob o NIRE 35.300.551.702 em 08/06/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**KPMG Corporate Finance S.A.** - CNPJ/MF nº 29.414.117/0001-01 - NIRE 35.300.545.486  
 CNV/COMISSÃO DE VALORES  
**Convocação**  
 Convidam-se os senhores acionistas da KPMG Corporate Finance S.A. ("Companhia") a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se, na sede da Companhia, Rua Arquitecto Olavo Redig de Campos, nº 105, Torre A, 6º andar - Parte, 7º andar - Parte e 10º andar - Parte, Bairro Vila São Francisco, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04711-904, no dia 10/08/2020, às 10:00 horas, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: a) Aprovação de contas da Companhia; b) Proposta de conversão da Companhia em Sociedade Limitada. c) Outros assuntos de interesse da Companhia. São Paulo, 30/07/2020. **Carlos Eduardo Munhoz** - Diretor. (31/07, 01 e 04/08/2020)

WFretes Tecnologia e Meios de Pagamento S.A. - CNPJ/MF nº 27.609.855/0001-70														
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em R\$ mil)														
Balancos Patrimoniais						Demonstrações dos Fluxos de Caixa								
Ativo			Passivo			Fluxos de caixa das atividades operacionais			Fluxos de caixa das atividades de investimentos			Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
<b>Circulante</b>	1.734	1.572	<b>Circulante</b>	372	6	<b>Receta Líquida</b>	372	6	<b>Receita Líquida</b>	372	6	<b>Receita Líquida</b>	372	6
Caixa e equivalentes de caixa	1.448	1.517	Fornecedores	-	6	Lucro Bruto	(268)	-	Lucro Bruto	(268)	-	Lucro Bruto	(268)	-
Clientes	4	-	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	86	-	Despesas gerais e administrativas	(3.526)	(243)	Despesas gerais e administrativas	(3.526)	(243)	Despesas gerais e administrativas	(3.526)	(243)
Adiantamentos	198	45	Impostos e Contribuições	69	-	Depreciação e amortização	(24)	(19)	Depreciação e amortização	(24)	(19)	Depreciação e amortização	(24)	(19)
Impostos a recuperar	1	-	Outras Contas a Pagar	217	-	<b>Resultado Operacional</b>	(3.818)	(262)	<b>Resultado Operacional</b>	(3.818)	(262)	<b>Resultado Operacional</b>	(3.818)	(262)
Despesas Antecipadas	68	-	<b>Não Circulante</b>	<b>900</b>	<b>209</b>	Resultado financeiro, líquido	(335)	(124)</						

# Publicidade Legal

## Cosin & Associados Consultoria e Serviços de Informática S.A.

CNPJ/MF nº 07.606.234/0001-26

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações do Resultado				
	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
<b>Ativo Circulante</b>		<b>11.967</b>	<b>11.766</b>	<b>Receita líquida</b>	12	44.610	43.065
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.933	1.710	Custo dos serviços	13	(36.201)	(33.537)
Contas a receber	5	7.146	8.608	<b>Resultado bruto</b>		<b>8.409</b>	<b>9.528</b>
Créditos diversos	—	331	188	Despesas e receitas operacionais	14	(8.122)	(9.359)
Tributos a recuperar	—	1.544	1.260	Administrativas, comerciais e gerais	—	43	—
Partes relacionadas	6	13	—	Outras receitas e despesas operacionais	—	(8.079)	(9.359)
<b>Não circulante</b>		<b>4.784</b>	<b>3.630</b>	<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras</b>		<b>330</b>	<b>169</b>
Partes relacionadas	6	2.000	2.000	Despesas financeiras	15	(846)	(194)
Créditos diversos	—	13	13	Receitas financeiras	16	595	187
Contas a receber	5	—	333	<b>Lucro antes do IRPJ e contribuição social</b>	17	<b>79</b>	<b>162</b>
Impostos diferidos	—	267	439	Impostos correntes e diferidos	—	(172)	(236)
Imobilizado	7	964	685	<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(93)</b>	<b>(74)</b>
Direito de uso	3.1	1.422	—				
Intangível	—	118	160				
<b>Total do ativo</b>		<b>16.751</b>	<b>15.396</b>				
				<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>			
<b>Passivo Circulante</b>		<b>8.826</b>	<b>8.436</b>	<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(93)</b>	<b>(74)</b>
Empréstimos e financiamentos	8	41	102	Outros resultados abrangentes		—	—
Fornecedores	—	59	131	<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(93)</b>	<b>(74)</b>
Obrigações trabalhistas e tributárias	9	2.584	3.439				
Contas a pagar	—	94	1.314				
Arrendamento a pagar	3.1	322	—				
Partes relacionadas	6	5.726	3.450				
<b>Passivo não circulante</b>		<b>1.104</b>	<b>45</b>				
Empréstimos e financiamentos	8	4	45				
Arrendamento a pagar	3.1	1.100	—				
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>6.821</b>	<b>6.915</b>				
Capital social	11	1.425	1.425				
Reservas de lucros	—	5.396	5.490				
<b>Total do passivo</b>		<b>16.751</b>	<b>15.396</b>				

do valor presente do arrendamento a pagar. A movimentação do saldo de arrendamentos em 2019 está demonstrada abaixo:

	Ativo	Passivo
<b>Adoção Inicial em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>1.744</b>	<b>(1.744)</b>
Contraprestações pagas	—	322
Depreciação do período	322	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.422</b>	<b>1.422</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>—</b>	<b>(322)</b>
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.422</b>	<b>(1.100)</b>

**Interpretação ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda:** A interpretação, que entrou em vigor a partir de 01/01/2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 "Tributos sobre o Lucro" quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32em inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente: Se a companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente; as suposições que a companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; Como a companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; Como a companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia realizou uma análise do ICPC 22 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente. **3.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia:** Não há normas CPC ou interpretações ICPC aplicáveis à Companhia, que ainda não entraram em vigor, que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2019	2018
Caixas e bancos	2.933	1.497
Aplicações financeiras	—	213
<b>Total</b>	<b>2.933</b>	<b>1.710</b>

**5. Contas a receber**

	2019	2018
Clientes nacionais	3.553	8.949
Clientes internacionais	240	—
Clientes a faturar	3.515	—
Outra conta a receber	180	—
(-) Provisões PDD	(342)	(8)
<b>Total</b>	<b>7.146</b>	<b>8.941</b>

**Circulante**

	2019	2018
Ativo	2.000	2.000
Agência Click Mídia Interativa S/A	13	—
Iprospect Search & Marketing S/A	2.013	2.000
<b>Total</b>	<b>2.000</b>	<b>2.000</b>

**Não circulante**

	2019	2018
Passivo	5.726	1.173
Agência Click Mídia Interativa S/A	—	2.277
Dentsu Aegis London Ltda.	—	2.277
<b>Total</b>	<b>5.726</b>	<b>3.450</b>

**7. Imobilizado**

	2019	2018
Equipamentos de informática	20	1.019
Instalações	10	49
Móveis e utensílios	10	147
Máquinas e equipamentos	10	36
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	20	578
Equipamentos de Informática	20	58
<b>Total do imobilizado</b>	<b>1.887</b>	<b>1.515</b>
Depreciações acumuladas	(923)	(830)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>964</b>	<b>685</b>

**Movimentação do ativo imobilizado**

	2019	2018
Saldo inicial	685	849
Aquisições	771	95
Depreciação	(400)	(107)
Depreciação	(240)	(221)
Depreciação	148	59
<b>Saldo final</b>	<b>964</b>	<b>685</b>

**8. Empréstimos e financiamentos**

	2019	2018
Leasing	45	147
<b>Circulante</b>	<b>41</b>	<b>102</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>4</b>	<b>45</b>

Empréstimos remunerados à taxa média de 2,4% a 3,2% a.m. com garantias de recebíveis.

**9. Obrigações trabalhistas e tributárias**

	2019	2018
Obrigações trabalhistas	306	318
ISS a recolher	—	43
PIS s/ Importação	—	198
COFINS s/ Importação	—	263
CIDE s/ Importação	2	7
Outros	308	829

**Obrigações trabalhistas**

	2019	2018
Obrigações previdenciárias	518	557
Obrigações com pessoal	334	344
Provisões trabalhistas	1.424	1.710
<b>Total</b>	<b>2.276</b>	<b>2.611</b>

**10. Provisão para demandas judiciais e administrativas** – Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a certas contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões de consultores jurídicos. **11. Patrimônio líquido – Capital social:** Em 31/12/2019 o capital subscrito e integralizado é de R\$1.425, dividido em 1.425.000 quotas no valor de R\$1,00 cada.

**12. Receita líquida**

	2019	2018
Receita de serviços	47.630	46.259
(-) Impostos (ISS, PIS e COFINS)	(3.020)	(3.194)
<b>Total</b>	<b>44.610</b>	<b>43.065</b>

**13. Custos dos serviços**

	2019	2018
Custos com serviços de terceiros	(6.603)	(6.451)
Custos com pessoal	(29.598)	(27.086)
<b>Total</b>	<b>(36.201)</b>	<b>(33.537)</b>

**14. Gerais**

	2019	2018
Despesas com ocupação	(709)	(601)
Despesas de viagem	(275)	(242)
Assessoria de terceiros	(4.732)	(4.943)
Despesas com comunicação	(79)	(106)
Outras despesas	(2.327)	(3.467)
<b>Total</b>	<b>(8.122)</b>	<b>(9.359)</b>

**15. Despesas financeiras**

	2019	2018
Despesas bancárias	(19)	(12)
Juros sobre leasing	(19)	(30)
Outras despesas	(808)	(152)
<b>Total</b>	<b>(846)</b>	<b>(194)</b>

## Confiança dos empresários de serviços cresce 7,3 pontos em julho



A Caixa Econômica Federal anunciou um reforço nas linhas de crédito para pessoas físicas com uso de imóvel em garantia para as operações. Segundo o banco, as taxas de juros serão mais baixas do que em outras modalidades de empréstimo.

A partir de segunda-feira (3), serão disponibilizadas linhas nessa modalidade, sem destinação específica para os recursos emprestados. O cliente ainda poderá optar por taxas fixas, vinculadas à inflação ou à TR (Taxa Referencial).

No chamado home equity, o cliente oferece imóvel próprio como garantia do empréstimo. Como a operação fica vinculada a um bem que dá segurança elevada ao banco, as taxas são reduzidas. Segundo a Caixa, esse tipo de operação soma R\$ 11 bilhões no Brasil atualmente, com R\$ 3,5 bilhões sob a guarda do banco público.

De acordo com o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, o objetivo é ampliar essa fatia e alcançar R\$ 40 bilhões em contratos nos próximos anos. Neste mês, o governo editou uma MP (medida provisória) para permitir que imóveis ainda em financiamento sejam dados como garantia para obter mais empréstimos, desde que na mesma instituição financeira da operação original.

Segundo Guimarães, essa flexibilização ainda não fará parte da linha anunciada pela Caixa. As operações dentro desse programa deverão ser feitas com imóveis livres de ônus, que não estejam colocados como garantia em outras operações. De acordo com o presidente da Caixa, a linha deve ser ampliada em breve para se enquadrar às novas regras autorizadas pelo governo.

Antonio Donizete Dudli – Diretor  
Mônica Gonçalves de Magalhães – Contadora CRC 1SP 161.644/O-0

Acesse nosso site e fique por dentro das principais notícias do dia:

[www.datamercantil.com.br](http://www.datamercantil.com.br)

Vitor Abdala/ABR

## Itaú conclui compra de corretora no Paraguai



O Itaú Unibanco anunciou oficialmente na quinta-feira (30) que concluiu a compra da corretora paraguaia Verbank Securities após a autorização da transação pelo Banco Central do Brasil. Com a aquisição, o banco expande a oferta local de produtos e serviços e mira atuação como banco de atacado no Paraguai.

Como parte do banco, a Verbank Securities passará a se chamar Itaú Investe. O banco não revelou o valor da transação.

Em nota, o Itaú afirmou que o objetivo é tornar-se a maior corretora de valores daquele país, trazendo investidores estrangeiros, criando um mercado secundário de renda fixa e apoiando a atuação da área do banco de investimentos.

“Com a Verbank vimos a oportunidade de conectar as emissões que temos originado com os potenciais compradores, sejam eles investidores institucionais ou pessoas físicas”, afirmou André Gailey, presidente do Itaú Paraguay.

Gailey completou recentemente um ano à frente do banco.

Segundo o executivo, o crescimento sustentável do PIB (Produto Interno Bruto) paraguaio e a baixa volatilidade do câmbio foram fatores que motivaram o lançamento da operação do Itaú BBA no país.

“As empresas paraguaias estão ganhando tamanho e sofisticação”, disse.

A corretora também terá uma plataforma digital para alcançar os investidores pessoas físicas. Isabela Bolzani/Folhapress

### Consigna Mais Cobrança e Serviços Ltda.

CNPJ/ME nº 29.229.539/0001-07 - NIRE 35.235.141.380

#### 7ª Alteração do Contrato Social e Ata de Transformação da Sociedade Limitada Consigna Mais Cobrança e Serviços Ltda. em Sociedade por Ações de Capital Fechado, sob a nova denominação de Consigna Mais Cobrança e Serviços S.A.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas: • **Mlow Participações Ltda.**, CNPJ nº 26.211.574/0001-00, NIRE 35.230.158.985, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seus Administradores, Srs. **Leandro Molina Pinho**, RG nº 08.558.735-0 (IFP/RJ), CPF nº 991.208.287-72; e **Alexandre Dias de Oliveira**, RG nº 28.337.611-9 (SSP/SP), CPF nº 280.448.088-76; • **Osher Investimentos e Participações Ltda.**, CNPJ nº 03.796.148/0001-72, NIRE 35.216.262.088, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seus Administradores, Srs. **Marco Aurélio Galhardo Rennó**, RG nº 18.497.504 (SSP/SP), CPF nº 126.100.908-89, e **Paulo Eugênio Schonenberg**, RG nº 10.306.459 (SSP/SP), CPF nº 090.847.288-90; • **Kadmo Investimentos e Participações Ltda.**, CNPJ nº 30.744.054/0001-22, NIRE 35.235.281.068, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Correa de Albuquerque**, RG nº 22.817.923-3 (SSP/SP), CPF nº 125.785.798-30; • **Victor Hugo Maranhão de Loyola**, RG nº 3.913.750-0, SSP/PR, CPF nº 874.224.099-91; • **Leandro Molina Pinho**, RG nº 08.558.735-0 (IFP/RJ), CPF nº 991.208.287-72; • **Alexandre Dias de Oliveira**, RG nº 28.337.611-9 (SSP/SP), CPF nº 280.448.088-76; • **Andre Henrique Santoro**, RG nº 35.214.601-1 (SSP/SP), CPF nº 335.251.228-02; e • **Camilla D'Angelo Clemente**, RG nº 28.954.434-8 (SSP/SP), CPF nº 270.016.148-31. **Sócios** proprietários da integralidade das quotas representativas da totalidade do capital social da **Consigna Mais Cobrança e Serviços Ltda.**, com sede e foro no Município de São Paulo-SP, na Rua Júlio Gonzales, nº 132, 8º andar, CNPJ/SEF-ME nº 29.229.539/0001-07, NIRE 35.235.141.380, e com sua 6ª e última Alteração do Contrato Social registrada sob o nº 87.596/20-9 em sessão de 05/03/2020, decidem firmar o presente instrumento, de acordo com os termos a seguir. 1. Os sócios decidem, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, transformar o tipo societário da Sociedade, nos termos dos artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil e Cláusula 5.7.(c) e 5.8 do Contrato Social da Sociedade, verificando o quanto segue: **1.1. Tipo Societário.** Os sócios decidem que a sociedade empresarial limitada passa a ser uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e alterações, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações e acordo de acionistas. **1.2. Razão Social e Referências.** Alterar a denominação social da Sociedade que passa a ser **“Consigna Mais Cobrança e Serviços S.A.”**, devendo, ainda, ser referida como **“Companhia”** e seus sócios como **“acionistas”**; **1.3. Capital Social.** Converter as 7.848.000 quotas da Companhia, que representam o capital social de R\$ 7.848.000,00, totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas conforme Boletins de Subscrição constantes do Anexo I, em ações emitidas pela Companhia da seguinte forma: (i) 7.688.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e (ii) 160.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sendo (a) 88.000 ações preferenciais Classe A, (b) 36.000 ações preferenciais Classe B, e (c) 36.000 ações preferenciais Classe C. **1.3.1.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. Cada ação preferencial (Classe A, Classe B ou Classe C) dará ao seu titular o direito de ser convocado e comparecer nas Assembleias Gerais da Companhia, podendo ou não votar a depender da respectiva classe, bem como das matérias em pauta, conforme abaixo previsto. **1.3.2.** As ações preferenciais Classe A terão direito de voto e serão destinadas a plano de opção de compra de ações, devendo ser alocadas aos administradores e membros do Conselho Consultivo da Companhia, conforme instrumento específico a ser oportunamente firmado com cada beneficiário para esta finalidade, bem como não estarão sujeitas ao direito de preferência dos demais acionistas. **1.3.3.** As ações preferenciais Classe B terão direito de voto e serão destinadas aos administradores e membros do Conselho Consultivo da Companhia que já detiverem ações preferenciais Classe A e que aportarem novos recursos no capital social da Companhia. **1.3.4.** As ações preferenciais Classe C não terão direito de voto e atribuição ao seu acionista detentor o direito ao recebimento mensal de dividendos fixos equivalentes a 120% da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como praticada pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDIs, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados. **1.3.5.** A Companhia, por deliberação da Assembleia, poderá criar outras classes e espécies de ações. **1.4. Estatuto Social.** Aprovar, neste ato, o Estatuto Social da Companhia, constante como Anexo II, considerado parte integrante deste para todos os fins e efeitos de direito. A Companhia continuará a operar dentro do mesmo exercício social, atendidas as exigências fiscais e contábeis. **1.5. Diretoria.** Eleger uma Diretoria para administração da Companhia, composta por, no mínimo, 02 e, no máximo, 04 pessoas físicas, sócias ou não, a serem designadas por deliberação de acionistas, os quais assumirão suas respectivas nomeações como Diretores da Companhia, com mandato por 2 anos. **1.5.1.** Assim, dando continuidade ao mandato, permanecem eleitos para ocuparem os cargos designados no presente instrumento, os seguintes membros da Diretoria: (i) **Diretor Presidente**, o Sr. **Leandro Molina Pinho**, RG nº 08.558.735-0 (IFP/RJ), CPF nº 991.208.287-72; (ii) **Diretor Superintendente**, o Sr. **Victor Hugo Maranhão de Loyola**, RG nº 3.913.750-0 (SSP/PR), CPF nº 874.224.099-91; e (iii) **Diretor Financeiro**, o Sr. **Paulo Roberto Cardoso Simões**, RG nº 18.153.211-6 (SSP/SP), CPF nº 268.614.328-22. **1.5.2.** Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **1.5.3.** Dessa forma, os membros da Diretoria ora eleitos são, desde logo, investidos nos respectivos cargos, mediante assinatura dos respectivos **Termos de Posse**, conforme Anexo III, registrado em livro próprio. **1.5.4.** Aprovar a remuneração global dos Diretores para o presente exercício social no valor total de até R\$240.000,00, a ser distribuída entre os Diretores conforme deliberações da Diretoria. **2. Demais Providências.** Os Diretores ficam incumbidos de ultimar as formalidades remanescentes relativas à transformação da Companhia e atualização dos registros pertinentes perante os órgãos competentes. E, por estarem justos e contratados, os acionistas assinam a presente 7ª Alteração do Contrato Social e Ata de Transformação da Consigna Mais Cobrança e Serviços Ltda. em Sociedade por Ações, em três vias, de igual teor, na presença de duas testemunhas, os Boletins de Subscrição e o Livro de Presença de Acionistas. São Paulo, 25/05/2020. **Mlow Participações Ltda.**, por Leandro Molina Pinho, por Alexandre Dias de Oliveira, **Osher Investimentos e Participações Ltda.**, por Paulo Eugênio Schonenberg, por Marco Aurélio Galhardo Rennó, **Kadmo Investimentos e Participações Ltda.**, por Gilberto Correa de Albuquerque, **Leandro Molina Pinho**, **Victor Hugo Maranhão de Loyola**, **Alexandre Dias de Oliveira**, **Paulo Roberto Cardoso Simões**, **André Henrique Santoro** e **Camilla D'Angelo Clemente**. Visto do advogado: Dra. Juliana Fernandes Montenegro Gonçalves - OAB: São Paulo 310794. **Anexo II – Estatuto Social, Consigna Mais Cobrança e Serviços S.A. – Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração.** Artigo 1º. A companhia, uma sociedade por ações de capital fechado, tem a denominação social de **Consigna Mais Cobrança e Serviços S.A.** (“Companhia”), sendo regida pelo presente Estatuto Social, bem como por acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia e pela legislação vigente aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia tem foro na Cidade de São Paulo-SP, e sede na Rua Júlio Gonzales, nº 132, 8º andar. **§ Único.** A Companhia poderá, por deliberação dos acionistas representando, no mínimo, 75% do capital votante, instalar e extinguir filiais, escritórios, depósitos e outras dependências em qualquer parte do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: (a) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não específicos anteriormente (CNAE 8219-9-99); (b) Correlacionadas de instituições financeiras (CNAE 6119-3-02); (c) Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e saúde (CNAE 6622-3-00); (d) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (CNAE 7020-4-00); (e) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 7490-1-04); (f) Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 8211-3-00); (g) Atividades de cobrança extrajudicial e informações cadastrais (CNAE 8291-1-00); (h) Promoção de vendas (CNAE 7319-0-02); e (i) Marketing direto (CNAE 7319-0-03). **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social, Tipo de Ações e Tesouraria.** Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 7.848.000,00, dividido em: (i) 7.688.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e (ii) 160.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sendo (a) 88.000 ações preferenciais Classe A, (b) 36.000 ações preferenciais Classe B, e (c) 36.000 ações preferenciais Classe C. **§ 1º.** A Companhia, por deliberação da Assembleia, poderá criar outras classes e espécies de ações. **§ 2º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **§ 3º.** Ressalvado o § 1º, **Artigo 6º** abaixo, os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, que pode ser exercido no prazo legal de 30 dias. **Artigo 6º.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. Cada ação preferencial (Classe A, Classe B ou Classe C) dará ao seu titular o direito de ser convocado e comparecer nas Assembleias Gerais da Companhia, podendo ou não votar a depender da respectiva classe, bem como das matérias em pauta, conforme abaixo previsto. **§ 1º.** As ações preferenciais Classe A terão direito de voto e serão destinadas a plano de opção de compra de ações, devendo ser alocadas aos administradores e membros do Conselho Consultivo da Companhia, conforme instrumento específico a ser oportunamente firmado com cada beneficiário para esta finalidade, bem como não estarão sujeitas ao direito de preferência dos demais acionistas. **§ 2º.** As ações preferenciais Classe B terão direito de voto e serão destinadas aos administradores e membros do Conselho Consultivo da Companhia que já detiverem ações preferenciais Classe A e que aportarem novos recursos no capital social da Companhia. **§ 3º.** As ações preferenciais Classe C não terão direito de voto e atribuição ao seu acionista detentor o direito ao recebimento mensal de dividendos fixos equivalentes a 120% da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como praticada pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDIs, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados. **Artigo 7º.** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou para cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as regras de limites operacionais e riscos a serem observadas pela Companhia. **Capítulo III – Órgãos da Companhia.** Artigo 8º. São órgãos da Companhia: (i) a Assembleia; e (ii) o Conselho Fiscal. **Seção I – Assembleias Gerais.** Artigo 9º. A Assembleia dos acionistas é o órgão soberano da Companhia, com poderes para decidir todas as matérias relativas a seus interesses, reunindo-se, na sede social, ordinariamente, nos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas. **§ 1º.** As Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 8 dias corridos de antecedência, contando o prazo da publicação do 1º anúncio, e presididas pelo Diretor Administrativo ou, na sua ausência, por seu substituto, e secretariadas pelo Diretor Financeiro ou, na sua ausência, por um acionista escolhido dentre os presentes. **§ 2º.** As atas das Assembleias poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e observado o disposto no § 1º, do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10º.** Somente poderão votar nas Assembleias Gerais os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro competente, até 8 dias antes da realização da Assembleia. **§ 1º.** Os acionistas poderão ser representados nas reuniões por procurador, constituído há menos de 12 meses, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, com poderes específicos para exercer direito de voto em relação às ações da Companhia e a que disser respeito às ordens do dia. **§ 2º.** Exceto se quorum superior for previsto na Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e alterações, neste Estatuto Social ou no Acordo de Acionistas, as deliberações tomadas em Assembleias Gerais de acionistas da Companhia, inclusive no que tange às matérias listadas no **Artigo 11º** a seguir, serão tomadas mediante aprovação de acionistas que representem, no mínimo, a 75% do capital social votante da Companhia. **Artigo 11º.** As seguintes matérias, além das demais previstas neste Estatuto Social, serão de competência da Assembleia de acionistas: (a) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (b) reformar o estatuto social; (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos,

observado o disposto no **Artigo 6º**, **Artigo 20º** e **Artigo 21º** deste Estatuto Social; (d) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia, assim como fixar os respectivos poderes, atribuições e remuneração; (e) autorizar a emissão de debêntures; (f) suspender o exercício dos direitos de acionista; (g) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorre para a formação do capital social; (h) autorizar a emissão de partes beneficiárias; (i) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia (l) deliberar a dissolução e/ou liquidação ou cessação do estado de liquidação da Companhia, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (m) autorizar os administradores a requerer autotutela, recuperação judicial ou extrajudicial; (n) admissão de novos acionistas e associados (conforme definido no Acordo de Acionistas) na Companhia; (o) aprovação de qualquer tipo de associação ou parceria societária envolvendo a Companhia; (p) instituição de quaisquer ônus (conforme definido no Acordo de Acionistas) sobre as quotas em favor de terceiros, inclusive para garantia de dívidas contraídas pela Companhia, ressalvado que, nesse caso, os Acionistas deverão garantir na proporção das suas respectivas participações no capital social da Companhia; (q) celebração, pela Companhia, de quaisquer contratos com terceiros, no valor individual anual igual ou superior a 20% do capital social da Companhia à época do ato; (r) concessão ou tomada de empréstimos ou financiamentos da Companhia, em qualquer valor; (s) outorga de garantia, fiança ou aval, pela Companhia, em favor dos acionistas ou quaisquer terceiros, em qualquer valor; (t) definição do voto da Companhia nas assembleias gerais de acionistas e/ou assembleias ou reuniões de acionistas de quaisquer Companhias nas quais a Companhia venha a deter participação societária; (u) aprovação e/ou alteração do **Stock Option Plan** (conforme definido no Acordo de Acionistas), a atribuição dos direitos e respectivos percentuais aos seus titulares e a transferência de Quotas no âmbito do **Stock Option Plan**; (v) aprovação ou qualquer modificação do Orçamento Anual (conforme definido no Acordo de Acionistas); (w) criação de comitês ou conselhos da Companhia, a definição das atribuições de tais comitês e a nomeação dos seus membros; (x) criação de novas subsidiárias da Companhia ou qualquer forma de aquisição ou transferência (conforme definido no Acordo de Acionistas) de participações em Companhias nas quais a Companhia venha a deter participação societária; e (y) aquisição de qualquer ativo pela Companhia ou realização de qualquer outro investimento pela Companhia em valor individual ou acumulado ao longo de um exercício social, igual ou superior a 10% do capital social da Companhia à época do ato. **Seção II – Diretoria.** Artigo 12º. A Companhia será administrada por uma Diretoria, a quem competirá assegurar o regular funcionamento e a consecução dos objetivos sociais, praticando todos os atos e operações necessários à realização das atividades e operações a que a mesma se propõe, como também exercer as demais funções que lhe são ou venham a ser validamente atribuídas por este Estatuto Social e pela Assembleia de acionistas. **Artigo 13º.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 02 e, no máximo, 04 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos ou reeleitos, com mandato de 2 anos, pela Assembleia e por esta destituíveis a qualquer tempo. **§ 1º.** Os Diretores deverão ser escolhidos de acordo com critérios exclusivamente profissionais, levando-se em conta a sua notória experiência e especialização, a fim de que possam cumprir suas atribuições dentro das exigências de mercado e das melhores práticas. **§ 2º.** Os Diretores tomarão posse mediante assinatura de termo próprio, no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, e deverão permanecer em seus cargos até que seus sucessores, devidamente eleitos, sejam empossados. **Artigo 14º.** Diretoria reunir-se-á ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 2 dias, ou por maioria dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 3 dias, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. Independentemente das formalidades previstas nesta cláusula, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores. **§ 1º.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes ou que tenham manifestado seu voto na forma do **Artigo 15º** deste Estatuto Social, desde que um dos votos favoráveis seja do Diretor Financeiro. **§ 2º.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que tenham se manifestado na forma do **Artigo 15º** deste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fax-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 15º.** Nas ausências temporárias de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta registrada ou por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelos demais Diretores. Nos casos de impedimentos, temporários ou definitivos, de qualquer dos membros da Diretoria, as funções inerentes ao cargo vago serão distribuídas entre os demais Diretores até que o cargo vago seja preenchido por ocasião da primeira Assembleia que se realizar a partir do evento. **Artigo 16º.** A Diretoria perceberá uma remuneração que lhes for fixada anualmente, de Assembleia em Assembleia e serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 dias que se seguirem à sua nomeação, de termo de posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. **§ Único.** Os Diretores estão isentos de prestar caução e permanecerão no exercício efetivo de suas funções até a posse de seus respectivos substitutos. **Artigo 17º.** A Companhia ficará validamente representada e obrigada em Juízo e fora dele, na forma determinada pela Assembleia que os eleger, os quais, assim agindo, terão poderes para praticar todos os atos compreendidos em suas atribuições, observadas as disposições da Lei e deste Estatuto Social, incluindo as seguintes: (a) por 2 Diretores, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Financeiro; ou (b) por quaisquer dos Diretores, agindo em conjunto com um procurador constituído nos termos do § 1º deste artigo, conforme abaixo; ou (c) por um ou mais procuradores constituídos nos termos do § 2º deste artigo, conforme abaixo, agindo isolada ou conjuntamente, conforme os poderes estabelecidos no respectivo instrumento de procuração. **§ 1º.** Todas as procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 Diretores, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Financeiro, agindo em conjunto, e deverão especificar todos os poderes outorgados e vigência, sempre que necessário. **§ 2º.** As procurações outorgadas pela Companhia na forma deste artigo deverão especificar os poderes conferidos, bem como conter prazo de vigência determinado, exceto as procurações “ad judicia” que serão por prazo indeterminado. **Artigo 18º.** É vedado, e será nulo de pleno direito, o ato praticado por qualquer administrador ou procurador da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas aos interesses sociais, inclusive em avais, fianças ou garantias análogas em favor de terceiros, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que esteja sujeita o infrator, salvo nos casos prévios e expressamente autorizados pela Assembleia. **Seção III – Conselho Fiscal.** Artigo 19º. A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto de 3 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, e que só será instalado por deliberação da Assembleia, nos casos e forma previstos em Lei. **§ Único.** A Assembleia que deliberar sobre o Conselho Fiscal elegerá seus membros e fixará a respectiva remuneração. **Capítulo IV – Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Dividendos.** Artigo 20º. O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim do exercício social serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras previstas em lei. **§ 1º.** As demonstrações financeiras anuais da Companhia deverão ser auditadas por auditor independente. **§ 2º.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários em qualquer época do ano, ficando a Diretoria autorizada a declarar e distribuir os resultados neles apurados, procedendo na forma da legislação e regulamentos aplicáveis. **Artigo 21º.** Dos lucros líquidos anuais, regularmente apurados na forma da lei, terão suas destinações deliberadas conforme aprovação em assembleia de acionistas de, no mínimo, 75% do capital social votante. **§ Único.** Os dividendos fixos atribuídos às ações preferenciais serão declarados pela Diretoria da Companhia e creditados aos respectivos acionistas até o último dia do mês subsequente ao mês de competência. **Artigo 22º.** A Companhia poderá pagar aos acionistas juros sobre capital próprio, na forma da legislação vigente no momento desta deliberação pela assembleia. **§ Único.** Em caso de pagamento de dividendos aos acionistas no decorrer do exercício social, será assegurado, nos termos da lei, aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. **Artigo 23º.** A Assembleia poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Capítulo V – Liquidação da Companhia.** Artigo 24º. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia, que estabelecerá a forma de liquidação e nomeará um liquidante, para os fins discriminados em Lei. **§ Único.** Nos casos de liquidação, os haveres da Companhia serão aplicados no pagamento das obrigações e o remanescente, se houver, distribuído entre os sócios proporcionalmente à participação de cada um no capital social. **Capítulo VI – Soluções de Controvérsias.** Artigo 25º. A Companhia, seus acionistas, Diretores e membros de Conselhos, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa, controvérsia ou reivindicação que possa surgir entre eles, relacionada ou decorrente, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, em Acordo de Acionistas, e se aplicáveis, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, sem prejuízo de outras matérias relacionadas. **Artigo 26º.** Quaisquer litígios ou controvérsias decorrentes de ou relativos a este Estatuto Social, inclusive quanto à sua existência, validade, cumprimento, interpretação e rescisão, deverão ser comunicados por escrito por um sócio ao outro, que enviarão seus melhores esforços para dirimi-los de modo amigável por meio de negociações diretas mantidas de boa-fé, em prazo não superior a 10 dias úteis contados da data do recebimento da comunicação aqui mencionada. Não havendo acordo, tal litígio ou controvérsia (“Disputa”) será definitivamente resolvida por arbitragem, administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) (“Câmara de Arbitragem”) e de acordo com seu Regulamento (“Regulamento de Arbitragem”) e com a Lei de Arbitragem, instituída pela Lei Federal nº 9.307 de 23 de setembro de 1.996. **§ 1º.** O tribunal arbitral será composto por 03 árbitros fluentes na língua portuguesa, escrita e falada, dos quais um será nomeado pela(s) requerente(s) e um pela(s) requerida(s) e o terceiro nomeado pelos dois primeiros árbitros, sendo certo que este último árbitro presidirá o tribunal arbitral. Caso os dois primeiros árbitros não cheguem a um consenso com relação à indicação do terceiro árbitro ou qualquer parte deixe de nomear árbitro nos prazos estabelecidos no Regulamento de Arbitragem, referido árbitro deverá ser indicado pela Câmara de Arbitragem. **§ 2º.** Caso a Disputa envolva valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 o tribunal arbitral será composto por 01 único árbitro indicado de comum acordo entre as Partes ou, na falta de consenso, pela Câmara de Arbitragem, se tal faculdade for prevista Regulamento de Arbitragem. **§ 3º.** A arbitragem realizar-se-á na Cidade de São Paulo-SP, Brasil, onde será proferida a sentença arbitral, e será conduzida em caráter confidencial e na língua portuguesa. O tribunal arbitral não decidirá o litígio com base nas regras de equidade. **§ 4º.** Qualquer decisão proferida pelo tribunal arbitral será considerada vinculante, final e não sujeita a recurso pelas Partes. **§ 5º.** A execução do laudo arbitral poderá ser pleiteada a quaisquer tribunais competentes, sendo que a sentença arbitral deverá ser proferida em território brasileiro e terá caráter definitivo, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título. Para fins exclusivamente de qualquer medida coercitiva ou procedimento cautelar, de natureza preventiva e provisória ou permanente, as Partes elegem o foro da comarca do domicílio do réu. A partir da constituição do tribunal arbitral, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente a ele, ficando este desde já autorizado a manter, revogar ou modificar tais medidas anteriormente requeridas ao Poder Judiciário. **§ 6º.** Ainda que este Estatuto Social ou qualquer de suas cláusulas sejam considerados, por qualquer tribunal, inválidos, ilegais ou inexequíveis, a validade, legalidade ou exequibilidade desta cláusula arbitral não será afetada ou prejudicada. **§ 7º.** Exceto pelos honorários dos respectivos advogados, os quais serão arcados por cada uma das Partes individualmente, todas as demais despesas e custos de arbitragem serão suportados por qualquer uma das Partes ou por ambas, conforme o tribunal arbitral venha a determinar. **§ 8º.** As partes envolvidas na arbitragem deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem. **Capítulo VII – Disposições Gerais.** Artigo 27º. O Acordo de Acionistas (“Acordo de Acionistas”) será respeitado pelos acionistas e ele vinculados, pela Companhia e pelos membros da sua administração, para todos os fins e efeitos, e prevalecerá sobre este contrato social na hipótese de conflito. Os administradores da Companhia assumirão o compromisso de zelar pela observância do Acordo de Acionistas, devendo agir em conformidade com tal documento. JUCESP – Registrado sob o nº 232.171/20-8 e NIRE 35.300.552.482 em 06/07/2020. Gisela Siemiema Ceschin – Secretária Geral.

Traga suas publicações legais para **Data Mercantil**,  
o melhor custo benefício para sua empresa

Faça um orçamento: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

**Campos Eliseos Participação Empreendimentos e Administração S/A.**

CNPJ/MF nº 03.591.892/0001-30

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

Balancos Patrimoniais			Demonstração dos Resultados				
Ativo	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	
<b>Circulante</b>		<b>22.229</b>	<b>24.478</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	(Despesas) outras receitas operacionais	16	(12.024)	(330.101)
Contas a receber de clientes	5	215	163	Gerais e administrativas		(2.912)	(1.771)
Créditos – empresas ligadas	6	21.769	23.984	Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(7.480)	(3.704)
Despesas antecipadas		244	146	Outras receitas (despesas) líquidas		(1.632)	(54.002)
Outras contas a receber		217.107	210.754	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>		<b>3.997</b>	<b>(270.624)</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>207.845</b>	<b>201.692</b>	<b>Lucro operacional antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(8.027)</b>	<b>(330.101)</b>
Depósitos e cações	15	95	95	IRPJ e contribuição social – diferido	18	–	2.472
Partes relacionadas – mútuos	7	48.528	54.128	<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(8.027)</b>	<b>(327.629)</b>
Créditos – empresas ligadas	10	159.222	147.469	<b>Demonstração dos Resultados Abrangentes</b>			
<b>Investimentos</b>		<b>5.620</b>	<b>5.620</b>		<b>2019</b>	<b>2018</b>	
<b>Imobilizado</b>		<b>3.442</b>	<b>3.442</b>	Outros resultados abrangentes, líquidos de IRPJ e CSLL			
<b>Total do Ativo</b>		<b>239.336</b>	<b>235.232</b>	<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(8.027)</b>	<b>(327.629)</b>
				<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto</b>			
					<b>2019</b>	<b>2018</b>	
				<b>Das atividades operacionais</b>			
				<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(8.027)</b>	<b>(327.629)</b>
				<b>Ajustes</b>			
				Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	2.472
				Adiantamento para aumento de capital		–	240
				Equivalência patrimonial		3.997	274.440
				<b>(Aumento) diminuição nos ativos</b>		<b>(4.031)</b>	<b>(52.947)</b>
				Contas a receber de clientes		(52)	–
				Créditos diversos		2.215	(17.051)
				Impostos a recuperar		–	2
				Despesas antecipadas		146	(132)
				Outras contas a receber		(11.813)	–
				Partes relacionadas		5.600	–
				<b>Aumento (diminuição) nos passivos</b>			
				Fornecedores		(183)	27
				Obrigações trabalhistas e tributárias		(31)	(525)
				Contas a pagar e outros débitos		5.356	(82.089)
				<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais</b>		<b>(2.792)</b>	<b>(152.715)</b>
				<b>Das atividades de investimentos</b>			
				Perda de investimentos		–	54.184
				Aporte capital – controladas		–	(240)
				Empréstimos concedidos a partes relacionadas		15.665	–
				Recebimentos de créditos com partes relacionadas		(5.600)	–
				<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas (atividades) de investimentos</b>		<b>10.065</b>	<b>53.944</b>
				<b>Das atividades de financiamentos</b>			
				Pagamentos de empréstimos, incluindo juros		61.092	105.468
				Pagamento de empréstimos de partes relacionadas		(68.223)	–
				Pagamento de dividendos		(141)	(6.819)
				<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(7.272)</b>	<b>98.649</b>
				<b>(Diminuição) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1</b>	<b>(122)</b>
				<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>			
				No início do exercício		–	123
				No fim do exercício		1	1
				<b>(Diminuição) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1</b>	<b>(122)</b>
					<b>2019</b>	<b>2018</b>	
				GPA – Gestores Prisionais Ass		–	1.198
				Cgr Oasis Ltda		–	1.979
				<b>Total</b>		<b>21.769</b>	<b>23.984</b>
				<b>Passivo: Passivo não circulante: Receitas e despesas financeiras no resultado sobre os mútuos a pagar</b>			
					<b>2019</b>	<b>2018</b>	
				Empresa Tejofran		–	3498
				Power Systems Com e Serviços		–	434
				Dimafte Agropecuária		50	50
				Apis Adm. E Participações		7.000	7.000
				<b>Total</b>		<b>7.050</b>	<b>10.982</b>
				<b>7. Investimentos</b>		<b>2019</b>	<b>2018</b>
				Investimentos avaliados por equivalência patrimonial		3.997	5.619
				<b>Total</b>		<b>3.997</b>	<b>5.619</b>
				As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:			
					<b>2019</b>	<b>2018</b>	
				Imposto Predial (IPTU)		1	–
				Impostos e Taxas Diversas		2	–
				Multas – Auto de Infração		–	–
				Condução		1	–
				Lanches e Refeições		–	–
				Cartório		25	–
				Jardinagem		1	–
				Prov. Desp. Contingências Trab		326	–
				Salários		–	2
				I.N.S.S.		–	1
				Férias		–	2
				Manutenção Veículos		–	3
				Assessoria		–	2
				Processos Judiciais		–	1
				FG.T.S.		–	–
				<b>Total</b>		<b>2.912</b>	<b>1.771</b>
				<b>18. Imposto de renda e contribuição federal – diferido</b>		<b>2019</b>	<b>2018</b>
				Imposto de renda diferido		–	–
				Diferenças temporárias		–	1.818
				Prejuízos fiscais		–	1.818
				Contribuição social diferida:			
				Diferenças temporárias		–	654
							654
				<b>13. Créditos Empresas Ligadas</b>		<b>2019</b>	<b>2018</b>
				Usina Rio Pardo		8.561	8.561
				Agropecuária Canaã		105.298	105.298
				NKOSPE Empreend Part		13.667	–
				Higuan Participações		31.696	31.696
				GPA-Gestores Prisionais Mútuo		–	1.914
				Viseu Participações LTDA		–	–
				<b>Total</b>		<b>159.222</b>	<b>147.469</b>
				<b>14. Patrimônio líquido – Capital social:</b> O capital subscrito e integralizado é de R\$ 205.381.596 dividido em 205.382 cotas, com valor de R\$ 1.000,00 cada. <b>15. Instrumentos financeiros e riscos –</b> A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações contábeis, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos: <b>a. Gerenciamento de riscos: (i) risco de crédito:</b> A Sociedade e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Sociedade restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, a Administração mantém provisão que considera suficiente para eventuais perdas na recuperação de seus recebíveis. <b>(ii) risco de moeda:</b> A Sociedade não realiza prestação de serviços indexados à moeda estrangeira, bem como não possui ativos ou passivos desta natureza. <b>(iii) risco de taxa de juros:</b> As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras são taxas compatíveis com as taxas praticadas no mercado. Adicionalmente, como mencionado na Nota Explicativa nº 7, os saldos mantidos com partes relacionadas estão sujeitos a encargos financeiros, taxas compatíveis com as praticadas no mercado. <b>b. Valorização dos instrumentos financeiros:</b> Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: <b>(i) caixa e equivalentes de caixa:</b> O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações contábeis (Nota Explicativa nº 3. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. <b>(ii) operações com derivativos:</b> A Sociedade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de swap ou similares.			

# Dólar cai para R\$ 5,15 com entrada de recursos para ofertas de ações



O dólar firmou-se em queda nos negócios da tarde desta quinta, 30, com o real operando na contramão de outras moedas emergentes. Para operadores, o recuo está ligado a entrada de fluxo externo, com investidores querendo participar de ofertas de ações, como a do Grupo Soma, que movimentou ontem R\$ 1,8 bilhão. O encerramento do mês também leva a ajustes nas carteiras, além de começar a ganhar força a disputa pelo referencial Ptax, usado em contratos cambiais e balanços corporativos.

O dólar caminha para fechar julho com queda de 5%, que, se confirmada, deve ser a maior baixa mensal de 2020. Além disso, após meses de fraco desempenho, o real é em julho a divisa emergente que mais se valorizou ante o dólar. No México e na África do Sul, a moeda americana caiu ao redor de 3%.

Nesta quinta-feira, o dólar à vista fechou em baixa de 0,26%, cotado em R\$ 5,1592. No mercado futuro, o dólar para agosto, que está sendo rolando para o próximo vencimento mais líquido, o de setembro, cedia 0,25% às 17h, para R\$ 5,1560. O volume de negócios seguia abaixo da média, somando US\$ 12,5 bilhões.

O dólar caiu hoje ante moedas fortes, mas operou em alta em países como México, África do Sul e Turquia. Balanços corporativos com resultados mistos, a forte queda do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA do segundo trimestre, que despencou 32,9% em termos anualizados, e novas declarações da Casa Branca contra a China provocaram um movimento de fuga de ativos de risco, que pressionou as moedas de emergentes. No México, a queda recorde do PIB no segundo trimestre, de 18,9% na comparação anual, fez o peso mexicano se enfraquecer ante o dólar.

**AGESBEC – Armazéns Gerais e Entrepósitos São Bernardo do Campo S/A** – CNPJ/MF nº 44.352.425/0001-35

Acesse: [www.datamercantil.com.br](http://www.datamercantil.com.br)

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais	2019		2018		Demonstrações do Resultado		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Reserva		Prejuízos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	Capital	Reserva	do Capital	Acumulados	Total	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.502</b>	<b>4.765</b>	<b>Receitas Operacionais</b>	<b>17.762</b>	<b>12.449</b>	<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>4.233</b>	<b>1.409</b>	<b>(3.047)</b>	<b>2.595</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.544	1.539	Despesas administrativas, comerciais e gerais	(16.464)	(10.726)	Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	300	(420)	(420)		
Tributos a recuperar	93	306	Despesas com honorários advocatícios	(271)	(99)	Em 31 de dezembro de 2019	4.233	1.709	(3.467)	2.475		
Adiantamento a fornecedores	89	89	Despesas com perdas em "outros créditos"	00	00							
Clientes	1.654	1.643	<b>Resultado operacional</b>	<b>1.027</b>	<b>1.624</b>	<b>Atividades Operacionais</b>						
Outros ativos	122	1.188	Despesas financeiras	(1.467)	(27)	Lucro líquido do exercício				(420)		
<b>Não circulante</b>	<b>2.223</b>	<b>2.355</b>	Receitas financeiras	20	105	Prejuízo do exercício				(3.467)		
Imposto de renda e contribuições social diferidos	1.785	2.016	Receitas e despesas financeiras líquida	(1.447)	(78)	<b>Demonstrações de Fluxos de Caixa</b>						
Depósitos judiciais	438	339	Estorno IR diferido de 2018	(916)	(2.012)	Fluxo de caixa das atividades operacionais						
<b>Total do ativo</b>	<b>5.725</b>	<b>7.120</b>	Prejuízos antes IRPJ e da contribuição social	(4.336)	(3.902)	Fluxo de caixa das atividades de investimento						
<b>Passivo</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	Imposto de renda e contribuição social diferido	1.786	2.016	Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Circulante – Contas a pagar	1.260	4.112	<b>Lucro líquido ou prejuízo do exercício</b>	<b>(420)</b>	<b>(10)</b>	Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais						
Não circulante – Provisões	1.989	980	Ações em circulação no final do exercício	344.117	344.117	Aumento de caixa no exercício						
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.476</b>	<b>2.028</b>	<b>Lucro líquido (prejuízo) por ações do capital social no fim do exercício – R\$ mil</b>	<b>0,11</b>	<b>0,11</b>	Caixa no início do exercício						
Capital social	4.233	4.233	Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados, além do resultado do exercício, portanto, não se apresenta a demonstração dos resultados abrangentes.			Caixa no final do exercício						
Reserva de capital	1.709	1.709										
Prejuízos acumulados	(3.466)	(3.914)										
<b>Total do Passivo</b>	<b>5.725</b>	<b>7.120</b>										



**McGarrybown Brasil Comunicações S.A.** – CNPJ/MF nº 03.570.945/0001-37

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais	2019		2018		Demonstrações do Resultado		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	Capital	Reserva	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>12.910</b>	<b>12.286</b>	<b>Receita líquida</b>	<b>17</b>	<b>23.587</b>	<b>19.438</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>13.517</b>	<b>735</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.392	6.390	5.056	18	(17.197)	Lucro do exercício	-	-
Contas a receber	5	12.910	Despesas operacionais:				Constituição de reserva legal	-	1
Tributos a recuperar	-	796	Despesas administrativas, comerciais e gerais	19	(7.933)	(5.495)	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>13.517</b>	<b>736</b>
Créditos diversos	6	408	Despesas operacionais:				Prejuízo do exercício	-	-
Partes relacionadas	8	13.114	Administrativas, comerciais e gerais	19	(7.933)	(5.495)	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>13.517</b>	<b>736</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>28.620</b>	<b>26.998</b>	Outras receitas operacionais	-	530	183			
<b>Não circulante</b>	<b>7</b>	<b>3.021</b>	<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>	<b>(7.403)</b>	<b>(5.312)</b>	<b>(256)</b>			
Tributos diferidos	7	3.021	Despesas financeiras	20	(1.065)	(868)	<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		
Depósitos judiciais	-	1.026	Receitas financeiras	21	384	1.765	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades		
Imobilizado	9	1.732	<b>Resultado antes da provisão para IRPJ e CSLL</b>	<b>(1.694)</b>	<b>641</b>	<b>641</b>	Depreciações e amortizações		588
Direito de uso	3.1	2.290	Impostos correntes e diferidos	22	72	(617)	Baixa de ativo imobilizado		1.694
Intangível	10	14.452	<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(1.622)</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	Tributos diferidos		(72)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>22.521</b>	<b>21.591</b>	<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>	<b>(1.622)</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	Devedores de Liquidação Duvidosa		(142)
<b>Total do ativo</b>	<b>51.141</b>	<b>48.589</b>					Juros sobre empréstimos		453
									455
									869
									1.580

Antonio Donizete Dudli – Diretor  
Monica Gonçalves de Magalhães – Contadora CRC 1SP 161.644/O-0

# Publicidade Legal

## Unibens Participações S.A.

CNPJ/MF nº 03.360.554/0001-98

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Milhares de Reais)

Balanco patrimonial				Demonstração do resultado				Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018	Reserva de lucros					
Circulante				Circulante				Capital social	Reserva legal	Reserva de capital de giro	Lucros acumulados	Total	
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.016	8.441	Fornecedores	6	16	16						
Contas a receber - partes relacionadas	9	86	1.969	Obrigações trabalhistas	-	-	-						
Estoque	5	25.062	19.715	Obrigações fiscais	58	275	275						
Impostos a recuperar	1	1	4	Dividendos Juros sobre	-	-	-						
Dividendos e JCP a receber	6.044	7.111	7.111	Capital Próprio a Pagar	10	4.409	5.094						
Outros ativos	8	563	563	Outras Obrigações	12.542	4.019	4.019						
<b>Não circulante</b>		<b>95.578</b>	<b>87.526</b>	<b>Não circulante</b>									
Contas a receber - Partes Relacionadas	9	9.886	9.920	Exigível a Longo Prazo	-	-	-						
Investimento	7	77.882	67.858	Patrimônio líquido	10	118.180	115.925						
Propriedade para investimento	8	8.074	9.597	Capital social		49.022	20.000						
Imobilizado	6	136	151	Reserva de lucros		70.158	95.925						
<b>Total do ativo</b>		<b>136.195</b>	<b>125.329</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>136.195</b>	<b>125.329</b>						

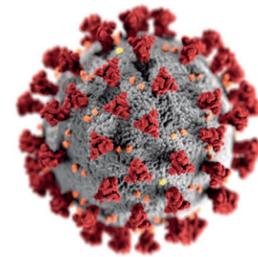
  

Demonstração do resultado				Demonstração do resultado abrangente			
	Nota	2019	2018		2019	2018	2018
Receita operacional líquida	11	2.039	6.576	Lucro líquido do exercício	5.939	7.960	7.960
Custo dos produtos e serviços vendidos	(315)	(1.751)	(1.751)	Resultado financeiro	5.939	7.960	7.960
Lucro bruto	1.724	4.825	4.825	Resultados financeiros	5.939	7.960	7.960
Receitas (Despesas) Operacionais Administrativas e Gerais	12	(246)	(263)	Despesas financeiras	529	283	283
Depreciações e Amortizações	12	(157)	(156)	Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	6.300	8.355	8.355
Equivalência	4.452	3.666	3.666	Imposto de renda e contribuição social	(361)	(395)	(395)
Outras receitas operacionais líquidas	(2)	-	-	Corrente	(361)	(395)	(395)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	4.047	3.247	3.247	Lucro líquido do exercício	5.939	7.960	7.960
Resultado financeiro	13	5.771	6.072	Quantidade de Ações no Final do Período	23.766	24.240	24.240
Receitas financeiras	531	287	287	Lucro por Ação	0,25	0,33	0,33
Despesas financeiras	(2)	(4)	(4)				
Despesas financeiras	529	283	283				
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	6.300	8.355	8.355				
Imposto de renda e contribuição social	(361)	(395)	(395)				
Corrente	(361)	(395)	(395)				
Lucro líquido do exercício	5.939	7.960	7.960				
Quantidade de Ações no Final do Período	23.766	24.240	24.240				
Lucro por Ação	0,25	0,33	0,33				

Demonstração do fluxo de caixa			
	Nota	2019	2018
Lucro líquido do exercício		5.939	7.960
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial	(10.024)	(2.349)	(2.349)
Depreciação e amortização	157	156	156
Baixa de ativo imobilizado	2	-	-
	(3.926)	5.767	5.767
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber de clientes	1.917	(3.624)	(3.624)
Estoques	(5.347)	(561)	(561)
Impostos a recuperar	3	-	-
Outros ativos	1.620	2.446	2.446
	(1.807)	(1.739)	(1.739)
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	(10)	(49)	(49)
Obrigações fiscais	(588)	241	241
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações	8.651	(411)	(411)
	8.063	(219)	(219)
<b>Caixa originário das atividades operacionais:</b>			
Imposto de renda e CS sobre o lucro líquido pagos	371	237	237
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.691	3.809	3.809
<b>Fluxo de caixa de operações de investimentos:</b>			
Adições ao ativo imobilizado	(20)	-	-
Adições propriedades para investimento	(855)	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(875)	-	-
<b>Fluxo de caixa de operações de financiamentos:</b>			
Dividendos pagos	10 c)	(1.241)	(464)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	(1.241)	(464)	(464)
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa	575	3.345	3.345
Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício	8.441	5.096	5.096
Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício	9.016	8.441	8.441

# Sem controle da covid-19, América Latina não vai recuperar economia



**R**elatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) aponta que se a curva de transmissão de covid-19 não for controlada, as economias dos países da região das Américas não poderão se recuperar.

“Não se equivoquem, não há dilema entre economia e saúde. Primeiro é a saúde”, disse a secretária-executiva da Cepal, Alicia Bárcena, durante a apresentação do documento em videoconferência.

O relatório conjunto Saúde e economia: uma convergência necessária para enfrentar a covid-19 e retomar o caminho para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe destaca que “vida, saúde e bem-estar são fundamentais e constituem pré-requisitos para reativar a economia”.

“Do ponto de vista dos direitos humanos, a proteção da saúde é um imperativo ético. No entanto, é também um imperativo prático, uma vez que, quando a vida é protegida, a capacidade produtiva é fortalecida”, diz o documento.

Para as entidades, a convergência e coordenação entre as políticas de saúde, econômicas, sociais e produtivas são essenciais para o controle da pandemia, a reativação da economia com proteção e a reconstrução das sociedades de maneira sustentável e inclusiva. Para isso, os Estados devem demonstrar liderança e gestão eficazes e dinâmicas por meio de planos nacionais que incorporem essas políticas.

Andreia Verdélio/ABR

Acesse nosso site e fique por dentro das principais notícias do dia, também disponível a versão online:

[www.datamercantil.com.br](http://www.datamercantil.com.br)

## Rovigo Participações S/A

CNPJ/MF nº 03.360.520/0001-01

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial		Nota	2019	2018	Balço Patrimonial		Nota	2019	2018
<b>Ativo I Circulante</b>			<b>3.606</b>	<b>4.700</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido I Circulante</b>			<b>1.907</b>	<b>3.533</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	418	274	Parcelamento de Tributos		–	1	–	
Contas a receber	5	22	79	Obrigações fiscais	1	1	–	–	
Estoques	6	124	118	Dividendos Juros sobre Capital Próprio a Pagar	1.906	3.495	–	–	
Dividendos e JCP a receber		3.042	4.229	Outros Obrigações	–	36	–	–	
<b>Não circulante</b>		<b>43.016</b>	<b>41.611</b>	<b>Não circulante</b>		<b>7</b>	<b>11</b>		
Investimento	7	42.565	41.059	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	7	11	–	
Propriedade para investimento	9	408	451	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10</b>	<b>44.708</b>	<b>42.767</b>		
Imobilizado	8	43	101	Capital social		5.000	1.000		
<b>Total do ativo</b>		<b>46.622</b>	<b>46.311</b>	Reserva de lucros		39.708	41.767		
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>1. Contexto Operacional</b> – A Rovigo Participações S/A (“Sociedade”) tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações, investimentos, compra e venda de imóveis, loteamento e incorporação de bens e locação de bens. <b>2. Aspectos Societários</b> – O maior investimento em participação societária está vinculado ao controle acionário da empresa RER PARTICIPAÇÕES S/A. <b>3. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das Principais Práticas Contábeis</b> – <b>3.1 Declaração de Conformidade:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. <b>3.2 Base de elaboração:</b> As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: <b>a) Caixa e equivalentes de caixa:</b> Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. <b>b) Contas a receber de clientes:</b> Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. <b>c) Estoques:</b> Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado ao valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. <b>d) Propriedades para investimento: i) Imóveis acabados:</b> São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo inclui a despesa que é diretamente atribuída à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. <b>ii) Custos subsequentes à aquisição da propriedade:</b> São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos. <b>e) Imobilizado:</b> Está demonstrado ao valor de custo, deduzidos da depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. <b>f) Tributação:</b> A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, “c” da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art. 15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, “c” da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art. 15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R\$60. <b>g) Instrumentos financeiros:</b> Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. <b>g-1) Ativos financeiros:</b> São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: <b>i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:</b> Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. <b>ii) Empréstimos concedidos e recebíveis:</b> Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. <b>g-2) Passivos financeiros:</b> São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. <b>h) Reconhecimento de receita:</b> A receita nas atividades de administração e locação de imóveis é reconhecida no período a que se refere o esforço de administrar o bem, ou de colocá-lo à disposição do locatário, e compreende o valor da taxa de administração ou do aluguel, independentemente do recebimento do valor contratado. As receitas, custos e despesas são reconhecidos mensalmente, respeitando, em especial, os Princípios da Oportunidade, Competência e Confrontação das Receitas e Despesas. Os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, como terrenos e outros imóveis para revenda. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. <b>i) Apuração do Resultado:</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. <b>j) Lucro por ação:</b> Calculado com base na quantidade média de ações					do capital social durante os exercícios. <b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos Financeiros.</b> Caixa e bancos. Aplicações financeiras – Renda Fixa (a) <b>Caixa e equivalentes de caixa</b> (a) Aplicações financeiras – Renda Fixa Referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimentos em renda fixa, mantidas em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Sociedade ao custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 99% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. <b>5. Contas a Receber de Clientes</b> Contas a receber de clientes nacionais Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes. <b>6. Estoques</b> Imóveis para comercialização São ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, o custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida. <b>7. Investimentos – Controladora:</b> Em 31/12/2019 e de 2018, a Sociedade controla ou participa em outras sociedades cujo contexto operacional é resumido a seguir: RER Participações S/A, participação de 30% no capital social, sediada na cidade de São Paulo/SP, tem como objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, locação de bens, pecuária, agropecuária e agricultura. As principais informações das controladas em 31/12/2019 são as seguintes:				

### Com exterior e balanços, Bolsa cai 0,56%, mas sustenta nível de 105 mil pontos



Em dia de queda de 10% no PIB da Alemanha e de 32,9% na leitura anualizada para o PIB dos EUA no segundo trimestre, os mercados globais passaram por ajuste negativo nesta quinta-feira, 30, mais moderado em São Paulo e Nova York do que o observado na Europa, em sessão na qual a cautela também se ancorou em balanços mistos. Entre os números corporativos, destaque para queda de 40% no lucro do Bradesco no segundo trimestre, com aumento das provisões para inadimplência – ação ON do banco fechou em baixa de 2,54% e a PN, de 3,50%.

Dia negativo também para as ações de commodities, especialmente Vale ON (-2,67%), após a divulgação dos resultados da mineradora, que trouxe lucro de R\$ 4,8 bilhões no segundo trimestre, acima da expectativa do mercado, com a melhora da demanda chinesa. Antecipado pelo mercado, o anúncio de que a empresa retomará a partir de setembro a distribuição de dividendos aos acionistas, suspensos desde a tragédia de Brumadinho (MG) em janeiro de 2019, acabou por resultar em um movimento de realização de lucros no papel. Antes da divulgação do balanço, depois do fechamento de hoje, as ações da Petrobras também tiveram ajuste, em baixa de 1,51% para a PN e de 2,14% para a ON, em dia ruim para os preços do petróleo.

Acompanhe diariamente todas as notícias em nosso site:

[www.datamercantil.com.br](http://www.datamercantil.com.br)



# Publicidade Legal

... continuação

13. Contas a pagar	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
"Earnout" a pagar	15.592	15.199	15.592	15.199
Outras contas a pagar	1.216	8	1.463	1.591
	<b>16.808</b>	<b>15.207</b>	<b>17.055</b>	<b>16.790</b>
14. Circulante	Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018	
Circulante	-	-	-	-

A dívida de "Earnout a pagar" refere-se ao saldo a pagar aos antigos sócios nas operações de aquisições da empresa Cosin. **14. Provisão para demandas judiciais e administrativas:** Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a certas contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões de consultores jurídicos. **15. Patrimônio líquido - Capital social:** Em 31/12/2019, o capital social subscrito e integralizado é de 310.714.302 ações nominiais de R\$1,00 cada.

16. Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta	50.997	110.219	117.269	191.391
(-) Impostos (ISS, PIS e COFINS)	(6.513)	(15.194)	(11.514)	(20.904)
	<b>44.484</b>	<b>95.025</b>	<b>105.755</b>	<b>170.487</b>

17. Custo dos serviços e produtos	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo com pessoal	(22.840)	(27.656)	(57.021)	(40.510)
Serviços de terceiros	(42.712)	(55.664)	(62.793)	(95.951)
	<b>(65.552)</b>	<b>(83.320)</b>	<b>(119.814)</b>	<b>(136.461)</b>

Os custos com serviços de terceiros (pessoas jurídicas) se referem a contratação de prestadores de serviços com forma jurídica independente da Companhia, para as áreas de desenvolvimento, gerenciamento e administrativas.

18. Despesas gerais	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com aluguel	(1.939)	(2.519)	(3.287)	(2.697)
Depreciação e amortização	(5.257)	(5.812)	(6.207)	(7.119)
Despesas com assessoria	(7.869)	(10.113)	(15.262)	(17.677)
Despesas tributárias	(1.318)	(1.694)	(2.611)	(1.694)
Despesas com ocupação	(2.848)	(1.468)	(4.768)	(2.725)
Despesas indenutíveis	(3.112)	-	(8.841)	-
Demais despesas	(3.152)	(7.049)	(4.955)	(14.292)
	<b>(25.495)</b>	<b>(28.295)</b>	<b>(45.931)</b>	<b>(46.204)</b>

**19. Despesas financeiras**

Controladora	Consolidado	
	2019	2018
Variação cambial passiva	(611)	(434)
Juros sobre empréstimos	(5.515)	(5.521)
Juros sobre AVP - Earnout	(5.697)	-
Descontos concedidos	(13)	(20)
Juros e mora	(14)	(20)
Despesas com IOF	(229)	(301)
Outras contas	(165)	(471)
	<b>(12.244)</b>	<b>(7.287)</b>

20. Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Variação cambial ativa	335	798	524	935
Juros ativos	103	2	163	11
Outros	799	1.347	1.748	1.685
	<b>(80.396)</b>	<b>(39.453)</b>	<b>(73.806)</b>	<b>(39.559)</b>

**21. Imposto de renda da pessoa jurídica e CSLL sobre o lucro líquido**

Controladora	Consolidado	
	2019	2018
Resultado antes das provisões tributárias	(80.396)	(39.453)
Outras adições e exclusões permanentes	33.824	(324)
	<b>46.626</b>	<b>(13.391)</b>

**AgênciaClick Mídia Interativa S.A.**

Controladora	Consolidado	
	2019	2018
(-) Resultado antes da compensação dos prejuízos	(46.562)	(39.777)
(-) Compensação de prejuízos fiscais	-	-
(-) Base de cálculo Lucro Real	(46.562)	(39.777)
(-) Imposto de renda e contribuição social	-	-
(-/+ Efeitos da tributação do lucro presumido	-	-
	<b>(46.562)</b>	<b>(39.777)</b>

**22. Seguros -** A Administração adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **23. Instrumentos financeiros -** Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se, principalmente, a operações de contas a receber e à captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos nas políticas contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2019 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos em conta corrente mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi

Controladora	Consolidado	
	2019	2018
Resultado antes das provisões tributárias	(46.562)	(39.777)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15.807	5.641
	<b>(30.755)</b>	<b>(34.136)</b>

**2020. Instrumentos financeiros -** Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se, principalmente, a operações de contas a receber e à captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos nas políticas contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2020 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos em conta corrente mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi

Antonio Donizete Dudli - Diretor  
Monica Gonçalves de Magalhães - Contadora CRC 1SP 161.644/O-0

## NR Participações S/A

CNPJ nº 08.882.572.0001-53

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Milhares de Reais)

Balancete patrimonial				Demonstração do resultado				Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018		Nota	2019	2018		
<b>Ativo</b>													
<b>Circulante</b>	19	-	-	Receita operacional líquida	6	87	-	Reserva de lucros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	Lucro bruto	87	-	-	Capital social					
Contas a receber - partes relacionadas	3	19	-	Lucro operacional antes do resultado financeiro	87	-	-	Re-reserva de capital acumulado					
<b>Não circulante</b>				Lucro antes do IRRJ e da contribuição social	87	-	-	Lucros					
Propriedade para investimento	4	2.253	-	Imposto de renda e contribuição social	(7)	-	-	Saldo em 31/12/2018					
Outros ativos		90	-	Corrente		-	-	Constituição do capital social - acervo cindido	5 a)	978	-		
<b>Total do ativo</b>		<b>2.362</b>	<b>-</b>	Lucro líquido do exercício	80	-	-	Constituição de reserva de capital de giro					
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				Quantidade ponderada de ações de capital social	168,78	-	-	- acervo cindido	5 d)	-	1.294		
<b>Circulante</b>	11	-	-	Lucro básico e diluído por ação - R\$	474	-	-	Lucro líquido do exercício	-	-	80		
Obrigações fiscais	10	10	-	<b>Demonstração do resultado abrangente</b>		2019	2018	Destinação do lucro líquido do exercício:					
Dividendos Juros sobre Capital Próprio a Pagar	1	-	-	Lucro líquido do exercício	80	-	-	Reserva legal	5 c)	-	(4)		
<b>Não circulante</b>				Resultado abrangente do exercício	80	-	-	Dividendos propostos	5 b)	-	(1)		
Patrimônio líquido	5	2.351	-	Resultados financeiros - Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. e) <b>Ativos financeiros -</b> São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: i) <b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:</b> incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. ii) <b>Empréstimos concedidos e recebíveis:</b> Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdidas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. iii) <b>Passivos financeiros -</b> São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. g) <b>Arrendamentos - grupo como arrendador -</b> Arrendamentos para os quais a entidade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. h) <b>Reconhecimento de receita -</b> A receita nas atividades de administração e locação de imóveis é reconhecida no período a que se refere o esforço de administrar o bem, ou de colocá-lo à disposição do locatário, e compreende o valor da taxa de administração ou do aluguel, independentemente do recebimento do valor contratado. As receitas, custos e despesas são reconhecidos mensalmente, respeitando, em especial, os Princípios da Oportunidade, Competência e Confrontação das Receitas e Despesas. i) <b>Auração do Resultado -</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. j) <b>Lucro por ação</b> - Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.									
Capital social		978	-	Obrigações fiscais		10	-	<b>6. Receita Operacional Líquida</b>			2019		
Reserva de lucros		1.373	-	<b>3. Contas a Receber de Clientes</b>		2019	-	Receita operacional bruta			90		
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.362</b>	<b>-</b>	Contas a receber de clientes - partes relacionadas		19	-	Locações e vendas de imóveis			(3)		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.362</b>	<b>-</b>	Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes. <b>4. Propriedades para Investimento -</b> De acordo com o CPC 28, a empresa poderá adotar o método do valor justo ou o método do custo. Em 2019, a Companhia manteve suas propriedades para investimento demonstradas ao valor do custo histórico, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação é calculada de acordo com a Lei Fiscal em vigor.			Terrenos		1.398	Receita operacional líquida			87
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>													
<b>1. Contexto Operacional -</b> A NR Participações S/A ("Companhia") com sede em São Paulo - SP tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis e locação de bens. A constituição desta Companhia, que é de capital fechado decorreu da Cisão Parcial da Unibens Participações S/A, aprovada pelo Instrumento Particular de Protocolo e Justificação, firmada em 31 de agosto de 2019 pela totalidade dos acionistas da Unibens Participações S/A. O Laudo apurou que o Patrimônio Líquido Contábil incorporado por essa Companhia NR PARTICIPAÇÕES S/A, após os efeitos da cisão parcial, conforme Balanço Patrimonial de 31 de agosto de 2019 e o valor correspondente a 100% do seu Capital Social, devidamente registrado nos livros da contabilidade de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é de: (i) PATRIMÔNIO LÍQUIDO de R\$ 2.351.980,78 (dois milhões duzentos e setenta e um mil novecentos e oitenta reais e setenta e oito centavos), já incluindo neste valor o (ii) CAPITAL SOCIAL subscrito de R\$ 977.722,76 (novecentos e setenta e sete mil setecentos e vinte e dois reais e sete centavos), representado por 474 (quatrocentos e setenta e quatro) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Aos 26 dias do mês de novembro de 2019, foi realizada uma escritura pública de permuta de ações ordinárias nominativas sem troca de valores de qualquer espécie, onde os permutantes acionistas da companhia RF & N Participações S/A e os permutados acionistas da Companhia NR Participações S/A, cederam e transmitiram uns aos outros todos os direitos, posse, direitos e ações ordinárias nominativas que tinham e vinham exercendo. <b>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das Principais Práticas Contábeis - 2.1 Declaração de Conformidade -</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). <b>2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação -</b> Estas demonstrações financeiras, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. <b>2.3 Base de Elaboração -</b> As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: a) <b>Caixa e equivalentes de caixa -</b> Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) <b>Contas a receber de clientes -</b> Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. c) <b>Propriedades para investimento -</b> i) <b>Imóveis acabados -</b> São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. ii) <b>Custos subsequentes à aquisição da propriedade -</b> São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos. <b>3. Tributação -</b> A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R\$60. e) <b>Instru-</b>													

## Caixa anuncia novas taxas para impulsionar crédito com garantia de imóvel



A Caixa Econômica Federal anunciou um reforço nas linhas de crédito para pessoas físicas com uso de imóvel em garantia para as operações. Segundo o banco, as taxas de juros serão mais baixas do que em outras modalidades de empréstimo. A partir de segunda-feira (3), serão disponibilizadas linhas nessa modalidade, sem destinação específica para os recursos emprestados. O cliente ainda poderá optar por taxas fixas, vinculadas à inflação ou à TR (Taxa Referencial).

No chamado home equity, o cliente oferece imóvel próprio como garantia do empréstimo. Como a operação fica vinculada a um bem que dá segurança elevada ao banco, as taxas são reduzidas. Segundo a Caixa, esse tipo de operação soma R\$ 11 bilhões no Brasil atualmente, com R\$ 3,5 bilhões sob a guarda do banco público.

De acordo com o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, o objetivo é ampliar essa fatia e alcançar R\$ 40 bilhões em contratos nos próximos

anos. Neste mês, o governo editou uma MP (medida provisória) para permitir que imóveis ainda em financiamento sejam dados como garantia para obter mais empréstimos, desde que na mesma instituição financeira da operação original. Segundo Guimarães, essa flexibilização ainda não fará parte da linha anunciada pela Caixa. As operações dentro desse programa deverão ser feitas com imóveis livres de ônus, que não estejam colocados como garantia em outras operações. De acordo com o presidente da Caixa, a linha deve ser ampliada em breve para se enquadrar às novas regras autorizadas pelo governo. Também a partir de segunda-feira, o banco informou que vai reduzir taxas de juros para empréstimos usados em construções de imóveis e compra de lotes urbanos. No caso da construção, a taxa atual, que fica entre 7,25% e 8,5% ao ano mais TR, cairá para 6,5% a 8,5% ao ano mais TR.

Bernardo Caram/Folhapress

# Publicidade Legal

## Power – Segurança e Vigilância EIRELI.

CNPJ/MF nº 54.506.589/0001-23

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)**

Balancos Patrimoniais				Demonstração dos Resultados				Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto						
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2019	2018	Receita Bruta Operacional	Nota	2019	2018	Das Atividades Operacionais	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>141.824</b>	<b>133.430</b>	<b>Circulante</b>		<b>67.887</b>	<b>55.819</b>	186.773	194.027	186.773	194.027	<b>Prejuízo antes do IRPJ e contribuição social</b>	<b>(14.087)</b>	<b>(2.972)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.318	2.830	Empréstimos e financiamentos		-	302	<b>Deduções</b>	(11.713)	(12.592)	(11.713)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.726	1.194
Contas a receber de clientes	4	23.004	31.559	Fornecedores	10	10.122	5.796	Impostos incidentes	(11.667)	(12.067)	(11.667)	Depreciação e amortização	1.757	1.569
Estoques		1.178	1.345	Obrigações Sociais	11	34.212	37.065	Devoluções e abatimentos	(47)	(525)	(47)	Constituição (reversão) de provisões para contingências	1.397	3.831
Impostos a recuperar	5	12.516	14.251	Obrigações Tributárias	12	2.014	4.429	<b>Receita Líquida Operacional</b>	19	175.060	181.434	Custo residual do ativo permanente baixado	2	35.766
Partes relacionadas – mútuos	15	100.420	81.072	Partes relacionadas – mútuos	15	13.404	-	<b>Custo dos serviços prestados</b>	(158.378)	(156.383)	(158.378)	Juros sobre empréstimos	-	23
Consortícios – contas correntes		1.232	-	Outras contas a pagar	13	8.136	8.227	<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>16.682</b>	<b>25.052</b>	<b>(34.362)</b>	Equivalência patrimonial	94	110
Outras contas a receber		2.156	2.374	<b>Não Circulante</b>		<b>15.129</b>	<b>15.066</b>	<b>(Despesas) Outras Receitas Operacionais</b>	<b>(31.147)</b>	<b>(29.193)</b>	<b>(3.939)</b>	<b>(Aumento) Diminuição nos Ativos</b>		
<b>Não Circulante</b>		<b>26.560</b>	<b>15.314</b>	Empréstimos e financiamentos		-	2.043	Gerais e administrativas	(31.147)	(29.193)	(31.147)	Contas a receber de clientes	8.555	436
Realizável a longo prazo		12.795	9.297	Impostos e contribuições a recolher		3.116	2.408	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(3.393)	101	(3.393)	Estoques	166	(317)
Depósitos e cauções	14	7.147	7.374	Provisão para contingências	14	12.013	10.616	<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>(94)</b>	<b>(110)</b>	<b>(94)</b>	Créditos diversos	-	1.847
Ativo fiscal diferido		5.649	1.923	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>85.368</b>	<b>77.858</b>	Outras receitas (despesas) líquidas	178	(15)	178	Impostos a recuperar	-	892
Investimentos	7	759	793	Capital social		15.500	15.500	<b>Lucro Operacional antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(17.774)</b>	<b>(4.165)</b>	<b>(39)</b>	Consortícios – contas correntes	1.735	(847)
Imobilizado	8	12.980	5.115	Reservas de lucros		15.315	29.403	Outros resultados abrangentes, líquidos de IRPJ e CSLL	6	3.726	1.733	Despesas antecipadas	-	1.432
Intangível	9	25	110	Adiantamento para futuro aumento de capital		54.553	32.956	<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(14.087)</b>	<b>(2.972)</b>	<b>(14.087)</b>	Outras contas a receber	445	(1.203)
<b>Total do Ativo</b>		<b>168.384</b>	<b>148.744</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>168.384</b>	<b>148.744</b>					Ativo fiscal diferido	(3.726)	(1.733)

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**1. Contexto Operacional** – A Power Segurança e Vigilância EIRELI, estabelecida à Rua Guaiunases, 1041 – Campos Elíseos – São Paulo-SP tem por objetivo a prestação de serviços de segurança e vigilância armada e desarmada a estabelecimentos financeiros ou a outros estabelecimentos, serviços de segurança pessoal privada e de vigilância eletrônica. **2. Base de Preparação e Resumo das Práticas Contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário. **2.1. Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação às normas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 20/07/2020. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído dos ativos fixos, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em Empresas abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas. As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 4 – Contas a receber de clientes (provisão para devedores duvidosos); • Nota 10 – Provisão para contingências; **2.2. Descrição das principais práticas contábeis** – **a. Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Empresa não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos reconhecidos na Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, e outros recebíveis. • Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Empresa reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. • Instrumentos financeiros derivativos: A Empresa não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2019 e 2018. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. **c. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, ajustado a valor presente, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **d. Ativos arrendados: a. Arrendamento mercantil financeiro:** Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Empresa os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **e. Participações em consórcios:** As operações realizadas com consórcios foram sintetizadas em contas no grupo de ativo e/ou passivo, de acordo com sua natureza e prazo de realização. Os valores encontram-se contabilizados líquidos entre ativos, decorrentes de aportes de capital e os resultados líquidos positivos (lucros) apurados pelos consórcios, proporcionais à participação da Empresa, e passivos, representados pelos resultados líquidos negativos (prejuízos) apurados pelos consórcios, também proporcionais à participação da Empresa. A classificação entre o curto e longo prazo respeitou o período de vigência dos consórcios e a expectativa dos administradores quanto ao recebimento e/ou liquidação dos valores em aberto. **f. Depósitos judiciais:** Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Empresa, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. **g. Investimentos e outros investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo o qual os quais estão sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. **h. Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados periodicamente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabiliza-

dos prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado. **i. Intangível:** Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Empresa e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. **j. Redução ao valor recuperável:** O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. **k. Contas a pagar a fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **l. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço. **m. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Empresa e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **n. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** A Sociedade não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **o. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante. A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **p. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. **q. Juros sobre o capi-**

**Ativo**

Ativo	2019	2018
Caixa	10	8
Bancos e equivalentes de caixa	1300	10
Aplicações financeiras	8	2.812
<b>Total</b>	<b>1.318</b>	<b>2.830</b>

**4. Contas a receber de clientes**

Ativo	2019	2018
Clientes faturados e a faturar	30.248	37.167
Provisão para Devedores Duvidosos (a)	(7.244)	(5.608)
<b>Total</b>	<b>23.004</b>	<b>31.559</b>

(a) Provisão constituída para cobrir eventuais perdas de contas a receber. A referida provisão apresentou a seguinte movimentação:

	2019	2018
Saldo provisionado em 31/12/2018	5.608	(5.608)
Novas provisões constituídas	(1.636)	-
Reversão de provisões constituídas	(7.244)	(7.244)
<b>Total</b>	<b>(7.244)</b>	<b>(7.244)</b>

**5. Impostos a recuperar**

	2019	2018
IRPJ a compensar	6.674	8.531
CSLL a compensar	5.659	5.412
Outros	183	308
<b>Total</b>	<b>12.516</b>	<b>14.251</b>

**6. Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos**

	2019	2018
Imposto de renda diferido:		
Diferenças temporárias	2740	1408
<b>Total</b>	<b>2740</b>	<b>1408</b>

Contribuição social diferida:

	2019	2018
Diferenças temporárias	986	515
<b>Total</b>	<b>986</b>	<b>515</b>

**Total diferido ativo**

	2019	2018
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	736	789
Outros investimentos, líquidos de provisão para perdas	23	4
<b>Total</b>	<b>759</b>	<b>793</b>

Os dados do balanço patrimonial estão apresentados como segue:

Ativo	2019	2018
Caixa	10	8
Bancos e equivalentes de caixa	1300	10
Aplicações financeiras	8	2.812
<b>Total</b>	<b>1.318</b>	<b>2.830</b>

**10. Fornecedores**

	2019	2018
Fornecedores	10.122	5.796
<b>Total</b>	<b>10.122</b>	<b>5.796</b>

**11. Obrigações Sociais**

	2019	2018
Salários e ordenados	7.229	5.121
Provisão de férias e encargos	13.719	14.221
INSS a recolher	2.893	4.435
FGTS a recolher	10.049	12.738
Outras obrigações trabalhistas	322	550
<b>Total</b>	<b>34.212</b>	<b>37.065</b>

**12. Obrigações Tributárias**

	2019	2018
PIS a recolher	19	19
COFINS a recolher	-	86
ISS a recolher	24	-
NSS a recolher reterção serviços	188	2.309
PIS a recolher – Consórcios	9	10
COFINS a recolher – Consórcios	5	58
IOF a recolher	-	586
ISS sobre receitas a faturar	478	432
PIS sobre receitas a faturar	95	85
COFINS sobre receitas a faturar	440	392
Parcelamento IRPJ	-	-
RFB Parcelamento	-	1
Outros	725	451
<b>Total</b>	<b>2.014</b>	<b>4.429</b>

**13. Outras Contas a Pagar**

	2019	2018
Aluguéis a pagar	-	-
Seguros a pagar	11	9
Adiantamento de clientes	593	265
Conta transitória de sistema	65	10
Empréstimo em consignação	162	137
Empresa Tejofran San Serv Ltda	-	-
Aluguel de veículo	-	7
Agropecuária Canaã – PERT 2018	2.225	2.225
Campos Elíseos – PERT 2018	591	591
Tejofran – PERT 2018	1.390	1.390
Dimfate – PERT 2018	2.723	2.723
Outros	376	870
<b>Total</b>	<b>8.136</b>	<b>8.227</b>

**14. Provisão Para Contingências e Depósitos Judiciais** – A Sociedade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas fiscais, trabalhistas e administrativas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constitui provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis, nos montantes indicados a seguir:

Diretoria	2019	2018
Marcos Marangão – Representante Legal	175.060	181.434
Adriano Partal Calles – Contador CRC 1SP 240.131/O-6	(47)	(526)

# Publicidade Legal

## NVG Participações S.A. – CNPJ/MF nº 12.285.481/0001-08

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Milhares de Reais)			
Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado	
	Notas	2019	2018
<b>Ativo Circulante</b>		<b>10.183</b>	<b>19.642</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.617	2.586
Contas a receber	5	799	792
Impostos a recuperar	–	–	12
Créditos diversos	–	16	9
Partes relacionadas	6	6.751	16.243
<b>Não circulante</b>		<b>756</b>	<b>223</b>
Contas a Receber	5	138	138
Imobilizado	–	111	85
Direito de uso	3.1	507	–
<b>Total do ativo</b>		<b>10.939</b>	<b>19.865</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>2.216</b>	<b>2.143</b>
Fornecedores	–	6	12
Obrigações Trabalhistas e tributárias	7	579	687
Contas a pagar	–	6	–
Arrendamento a pagar	3.1	216	–
Partes relacionadas	6	1.409	1.444
<b>Passivo não circulante</b>		<b>291</b>	<b>–</b>
Arrendamento a pagar	3.1	291	–
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>8.432</b>	<b>17.722</b>
Capital social	9	1.101	1.101
Reserva de lucros	–	7.331	16.621
<b>Total do passivo</b>		<b>10.939</b>	<b>19.865</b>

Demonstrações do Resultado			
	Notas	2019	2018
Receita líquida	10	14.064	12.345
Custo dos serviços	11	(3.609)	(3.065)
<b>Resultado bruto</b>		<b>10.455</b>	<b>9.280</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>		<b>12 (1.609)</b>	<b>(1.449)</b>
Administrativas, comerciais e gerais	–	49	47
Outras receitas operacionais	–	–	–
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras</b>		<b>8.895</b>	<b>7.878</b>
Despesas financeiras	13	(121)	(28)
Receitas financeiras	14	128	42
<b>Lucro antes do IRPJ e contribuição social</b>		<b>8.902</b>	<b>7.892</b>
Impostos correntes	15	(1.612)	(1.399)
<b>Lucro Líquido do exercício</b>		<b>7.291</b>	<b>6.493</b>

Demonstrações do Resultado Abrangente			
	2019	2018	
Lucros líquido do exercício	7.291	6.493	
Outros resultados abrangentes	–	–	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>7.291</b>	<b>6.493</b>	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>1.101</b>	<b>220</b>	<b>9.508</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	6.493
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>1.101</b>	<b>220</b>	<b>16.401</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	7.291
Distribuição de lucros	–	–	(16.581)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>1.101</b>	<b>220</b>	<b>7.111</b>

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2019	2018	
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>7.291</b>	<b>6.493</b>	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	–	–	
Depreciações e amortizações	49	38	
Baixas imobilizado	(9)	–	
Provisão para devedores duvidosos	(16)	(17)	
<b>Aumento ou redução em ativos e passivos</b>	<b>9</b>	<b>257</b>	
Contas a receber	5	2	
Créditos diversos	(6)	(62)	
Fornecedores	(108)	145	
Obrigações trabalhistas e tributárias	5	(3)	
Partes relacionadas	9.458	(6.228)	
<b>Caixa (aplicado) gerado das atividades operacionais</b>	<b>16.678</b>	<b>659</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(66)</b>	<b>(54)</b>	
Acréscimo do imobilizado	(66)	(54)	
<b>Fluxo de caixa das atividades com acionistas</b>	<b>(16.581)</b>	<b>–</b>	
Distribuição de lucros	(16.581)	–	
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31</b>	<b>605</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31</b>	<b>605</b>	
No início do exercício	2.586	1.981	
No final do exercício	2.617	2.586	
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31</b>	<b>605</b>	

14. Receitas financeiras			
	2019	2018	
Descontos obtidos	8	–	
Juros ativos	54	30	
Variação cambial	66	12	
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>42</b>	

15. Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no faturamento:			
	2019	2018	
<b>Conciliação de imposto de renda e contribuição social:</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	
Faturamento	14.477	12.751	
(X) Alíquota de presunção	32%	32%	
(=) Base de cálculo	4.633	4.080	
(+) Outras receitas	128	–	
Aplicação das alíquotas (34% (15% IRPJ e 10% adicional) e 9% CSLL)	(1.612)	(1.399)	
<b>Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>(1.612)</b>	<b>(1.399)</b>	

16. Seguros – A Administração adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.			
	2019	2018	
<b>17. Instrumentos financeiros</b> – Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se, principalmente, a operações de contas a receber e à captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos nas políticas contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2019 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: • <b>Caixa e equivalentes de caixa:</b> os saldos em conta corrente mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos na data-base do balanço. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado; • <b>Contas a receber:</b> as contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor de realização e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente, quando aplicável, e mensurados pelo custo amortizável. • <b>Considerações sobre riscos – Riscos de liquidez:</b> É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. • <b>Risco de taxa de juros:</b> A Companhia não possui riscos associados a perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, pois os contratos são com taxas de juros pré-fixadas. • <b>18. Eventos subsequentes – Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia</b> – Recentemente a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de empresas, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. O aumento significativo dos casos de COVID-19 no Brasil, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem estar e saúde de colaboradores, culminaram na adoção de novas políticas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 nas operações da Companhia. Não obstante, neste momento, a Administração da Companhia não consegue prever ou estimar com precisão a magnitude dos impactos adversos gerados pelo COVID-19 nas operações da Companhia e, consequentemente, em suas demonstrações financeiras.			

# Amazon tem lucro recorde de R\$ 26,8 bilhões no 2º tri



A Amazon registrou o maior lucro líquido trimestral de sua história, com US\$ 5,2 bilhões (R\$ 26,83 bilhões) no segundo trimestre de 2020, o dobro em relação ao mesmo período de 2019.

A gigante do e-commerce teve um salto de 40% nas vendas, com receita líquida de US\$ 89 bilhões (R\$ 459,2 bilhões) entre abril e junho, período marcado pelo isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19.

O resultado veio acima das expectativas do mercado, que esperava US\$ 81,5 bilhões (R\$ 420,5) bilhões.

Com o aumento do home office, o Amazon Web Services (AWS), serviço em nuvem da Amazon, também teve um salto na receita (29%), para US\$ 10,8 bilhões (R\$ 55,7 bilhões).

As ações da varejista saltaram 5% no after market - negociações após o fechamento do pregão - da Bolsa de tecnologia Nasdaq, a US\$ 3.262 (R\$ 16.831), valor recorde. A empresa vale US\$ 1,5 trilhões.

“Este foi outro trimestre altamente incomum”, disse Jeff Bezos, fundador e presidente da Amazon.

No período, a companhia americana gastou US\$ 4 bilhões com a Covid-19, em compras de equipamentos de proteção individual, aumento na limpeza, benefícios e logística.

Nos Estados Unidos, funcionários protestaram por medidas de segurança nos centros de distribuição, nos quais foram registrados casos de Covid-19.

IstoÉDinheiro

Júlia Moura/Folhapress

## Mercado Livre e PayPal anunciam integração dos serviços de meios de pagamento

O Mercado Livre e a PayPal anunciaram nesta quinta-feira, 30, a integração dos serviços de meios de pagamento das companhias no Brasil e no México, avançando na parceria firmada em dezembro de 2019. Com lançamento gradual a partir de agosto, o PayPal es-

tará disponível como opção de pagamento em comércio online no Brasil e no México que aceitam Mercado Pago, tanto no check-out online quanto via link de pagamento do Mercado Pago. “O Mercado Livre e o PayPal compartilham uma visão de permitir que os comerciantes possam competir e

expandir de forma global o varejo online”, diz Federico Gomez Schumacher, gerente geral do PayPal Brasil e México. “Ao trabalhar em conjunto, aproveitamos nossa escala e capacidades para ajudar a impulsionar a inclusão e o acesso à economia digital global”.

# Publicidade Legal

## Power – Systems Comércio e Serviços Eireli

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Milhares de Reais)

CNPJ/MF nº 04.215.143/0001-71

Balancos Patrimoniais		Demonstração dos Resultados			Demonstração dos Resultados Abrangentes				Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto		
	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
<b>Ativo</b>											
<b>Circulante</b>		<b>68.869</b>	<b>47.554</b>		<b>37.397</b>	<b>36.040</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.904	7.729	Receita Bruta Operacional	37.397	36.040	Lucro líquido do exercício	2.880	5.355	Das Atividades Operacionais	
Contas a receber de clientes	4	4.094	4.178	Venda de Serviços	37.353	37.148	Outros resultados abrangentes, líquidos de IRPJ e CSLL	–	–	Lucro (líquido) do exercício	4.660
Estoque		842	622	Venda de Mercadorias	45	892	Resultado abrangente total	2.880	5.355	Ajustes	
Impostos a recuperar	5	487	456	<b>Deduções</b>	<b>(4.367)</b>	<b>(4.827)</b>			Imposto de renda e contribuição social diferidos	410	
Partes relacionadas – mútuos	14	46.952	32.946	Impostos incidentes	(4.290)	(4.651)			Depreciação e amortização	149	
Créditos diversos		11.194	38	Devoluções e abatimentos	(77)	(177)			Constituição (reversão) de provisão para contingências	672	
Despesas antecipadas		114	159	Recarga Operacional	18	33.030	<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>750</b>	<b>2.214</b>	Custo residual do ativo permanente baixado	–
Consignações – contas correntes		2.202	1.227	Recarga Operacional	18	33.030	Reversão de adiantamento para futuro aumento de capital	–	–		5.891
Outras contas a receber		81	–	<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>(24.298)</b>	<b>(22.968)</b>	Lucro líquido do exercício	–	–	Depreciação e amortização	149
<b>Não Circulante</b>		<b>15.604</b>	<b>8.293</b>	Lucro Operacional Bruto	8.733	10.244	Distribuição de lucros	–	–	Constituição (reversão) de provisão para contingências	672
Realizável a longo prazo		223	–	<b>(Despesas) Outras Receitas Operacionais</b>	<b>(4.072)</b>	<b>(2.141)</b>	<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>750</b>	<b>4.597</b>	Depreciação e amortização	149
Depósitos e cauções	13	413	277	Gerais e administrativas	19	(3.230)	AFAC	–	–	Custo residual do ativo permanente baixado	–
Ativo fiscal diferido		223	–	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(847)	(129)	Lucro líquido do exercício	–	–		7.237
Partes relacionadas – mútuos	14	13.379	5.782	Outras receitas (despesas) líquidas	4	31	AFAC	–	–	(Aumento) Diminuição nos Ativos	
Outros créditos		–	893	<b>Lucro Operacional antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>4.660</b>	<b>8.103</b>	Lucro líquido do exercício	–	–	Contas a receber de clientes	84
<b>Imobilizado</b>		<b>7</b>	<b>1.233</b>	Imposto de renda e contribuição social – corrente	(2.190)	(2.189)	Saldo provisionado em 31/12/2018			Estoques	20
Intangível	8	7	111	Imposto de renda e contribuição social – diferido	6	410	Saldo provisionado em 31/12/2019			Créditos diversos	(11.156)
<b>Total do Ativo</b>		<b>84.473</b>	<b>55.847</b>	<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>2.880</b>	<b>5.355</b>	Saldo provisionado em 31/12/2018			Impostos a recuperar	(976)
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>							Saldo provisionado em 31/12/2019			Despesas antecipadas	45
<b>Circulante</b>		<b>31.623</b>	<b>20.401</b>				<b>750</b>	<b>4.007</b>	<b>48.234</b>	Outras contas a receber	676
Empréstimos e financiamentos		49					Capital social	750		Partes relacionadas	(21.963)
Fornecedores	9	2.102	1.081				Reserva de lucros	2.214		Ativo fiscal diferido	(223)
Obrigações Sociais	10	4.634	4.462				<b>Total</b>	<b>20.562</b>	<b>23.526</b>	<b>Aumento (Diminuição) nos Passivos</b>	
Obrigações Tributárias	11	3.309	503				Máquinas e acessórios	149	45	Fornecedores	1.021
Partes relacionadas – mútuos	14	17.999	12.111				Móveis e utensílios	–	(1)	Obrigações trabalhistas e tributárias	2.072
Consórcios – contas correntes		263	–				Veículos	–	–	Consórcios – contas correntes	263
Outras contas a pagar	12	3.267	5.884				Instalações	43	–	Partes relacionadas	23.886
<b>Não Circulante</b>		<b>4.617</b>	<b>3.795</b>				Equipamentos	59	–	Contas a pagar e outros débitos	(2.617)
Impostos e contribuições a recolher		3.157	3.007				Equipamentos de informática	2.105	165	<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais</b>	<b>(3.046)</b>
Provisão para contingências	13	1.460	788				Equipamentos para locação a terceiros	6	–	<b>Das Atividades de Investimentos</b>	
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>48.234</b>	<b>28.011</b>				Equipamentos para locação a terceiros	6	–	Aquisição de ativo imobilizado	(254)
Capital social		750	750				Imobilizado em andamento	756	44	Aumento do ativo intangível	(14)
Reservas de lucros		7.477	4.597				<b>Total</b>	<b>3.587</b>	<b>254</b>	Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(190.081)
Adiantamento para futuro aumento de capital		40.007	22.664				<b>% Taxa de Depreciação</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	Recebimentos de créditos com partes relacionadas	168.118
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>84.473</b>	<b>55.847</b>				Custo acumulado	–	–	Dividendos recebidos	2.103
<p><b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b></p> <p><b>1. Contexto Operacional</b> – A Power Systems Comércio e Serviços EIRELI, estabelecida em Al. Notthmann, 712 – Campos Eliseos – São Paulo-SP, tem por objetivo o comércio de produtos e equipamentos eletrônicos, produtos destinados à segurança e vigilância patrimonial eletrônica, incluindo sua instalação e manutenção, serviços de monitoramento eletrônico de segurança e vigilância patrimonial, serviços de portaria e locação de equipamentos eletrônicos destinados para vigilância e segurança patrimonial, elaboração de anteprojeto, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia, importação e exportação de equipamentos, inclusive eletrônicos de segurança e vigilância. <b>2. Base de Preparação e Resumo das Práticas Contábeis</b> – As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário. <b>2.1. Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26/04/2019. <b>b. Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído dos ativos fixos, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. <b>b. Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. <b>c. Uso de estimativas e julgamentos:</b> A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas. <b>2.2. Descrição das principais práticas contábeis – a. Instrumentos financeiros:</b> <b>Ativos financeiros não derivativos:</b> A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Empresa não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou passada pela Empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos reconhecidos na Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, e outros recebíveis. <b>Empréstimos e recebíveis:</b> São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável. <b>Passivos financeiros não derivativos:</b> A Empresa reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. <b>Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2018 e 2017. <b>b. Caixa e equivalentes de caixa:</b> Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. <b>c. Contas a receber de clientes:</b> As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a futuro e valores efetivamente faturados, ajustado a valor presente, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. <b>d. Ativos arrendados: a. Arrendamento mercantil financeiro:</b> Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. <b>b. Participações em consórcios:</b> As participações realizadas com consórcios foram sintetizadas em contas no grupo de ativo e/ou passivo, de acordo com sua natureza e prazo de realização. Os valores encontram-se contabilizados líquidos entre ativos, decorrentes de aportes de capital e os resultados líquidos positivos (lucros) apurados pelos consórcios, proporcionais à participação da Empresa, e passivos, representados pelos resultados líquidos negativos (prejuízos) apurados pelos consórcios, também proporcionais à participação da Empresa. A classificação entre o curto e longo prazo respeitou o período de vigência dos consórcios e a expectativa dos administradores quanto ao recebimento e/ou liquidação dos valores em aberto. <b>f. Depósitos judiciais:</b> Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Empresa, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. <b>g. Investimentos e outros investimentos:</b> Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. <b>h. Imobilizado:</b> Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados periodicamente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. <b>i. Intangível:</b> Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. <b>j. Redução ao valor recuperável:</b> O imobilizado e o intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. <b>k. Contas a pagar a fornecedores:</b> Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. <b>l. Empréstimos e financiamentos:</b> Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. <b>m. Provisões:</b> Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. <b>n. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:</b> A Sociedade não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. <b>o. Imposto de renda e contribuição social:</b> O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensuradas à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante. A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. <b>p. Outros passivos circulantes e não circulantes:</b> São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. <b>q. Juros sobre o capital próprio:</b> Registrados, originalmente, nos livros contábeis e fiscais como receita financeira, quando declarados por controladas, e como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos sócios. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência das transações, portanto, são considerados como dividendos recebidos e pagos e não transitam pelo resultado. <b>r. Apuração do resultado:</b> O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita compreende o valor presente das vendas, reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios significativos são transferidos ao comprador. <b>3. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.</b></p>											

Trail Infraestrutura Eireli

CNPJ/MF nº 05.497.348/0001-50

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

Main financial statement table with columns for Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, and Demonstração dos Fluxos de Caixa. Includes detailed notes on operational context, assets, liabilities, and contingencies.

# Publicidade Legal

## Iprospect Search & Marketing S/A

CNPJ/MF nº 09.686.917/0001-66

(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Balancos Patrimoniais				Demonstrações do Resultado				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido								
		2019		2018		2019		2018		2019		2018				
Ativo Circulante	Notas	2019	2018	Passivo Circulante	Notas	2019	2018	Receita líquida	Notas	2019	2018	Capital social	Reserva legal	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.965	13.151	Empréstimos e financiamentos	11	7.270	6.757	24.825	16	24.825	21.158	3.811	170	10.244	-	14.225
Contas a receber	5	23.559	19.751	Fornecedores	12	18.639	24.369	(19.330)	17	(19.330)	(14.986)	-	-	-	(385)	(385)
Tributos a recuperar	6	1.230	719	Obrigações trabalhistas e tributárias	13	1.513	1.395	5.495	-	5.495	6.172	3.811	170	10.244	-	14.225
Créditos diversos	-	338	295	Arrendamento a pagar	3.1	492	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	8	7.586	5.013	Partes relacionadas	8	3.975	2.454	-	18	(6.210)	(6.070)	-	-	(385)	385	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>34.678</b>	<b>38.929</b>	Contas a pagar	-	-	1	-	9	-	(41)	-	-	-	-	-
				Adiantamentos de clientes	-	253	108	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>32.142</b>	<b>35.084</b>	<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras</b>				3.811	170	9.859	-	13.840
Tributos diferidos	7	1.627	1.558	<b>Ativo não circulante</b>				Despesas operacionais:				-	-	(396)	-	(396)
Depósito judicial	-	-	-	Partes relacionadas	8	3.000	3.000	Administrativas, comerciais e gerais	18	(6.210)	(6.070)	-	-	-	-	-
Investimentos	9	9.173	9.834	Arrendamento a pagar	3.1	955	-	Equivalência patrimonial	9	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	10	1.291	1.723	Obrigações tributárias diferidas	-	-	239	Outras receitas e despesas	-	138	(41)	-	-	-	-	-
Direito de uso	3.1	1.447	-	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.955</b>	<b>3.239</b>	Resultado antes das despesas e receitas financeiras	19	(886)	(882)	-	-	(1.165)	1.165	-
Intangível	-	85	88	Patrimônio líquido				Impostos diferidos	20	221	363	3.811	170	8.298	-	12.279
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>13.698</b>	<b>13.234</b>	Capital social	15	3.811	3.811	<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	21	(77)	(127)	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>		<b>48.376</b>	<b>52.163</b>	Reservas de lucros	-	8.468	10.029	<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>				3.811	170	8.298	-	12.279
				<b>Total do passivo</b>		<b>48.376</b>	<b>52.163</b>	<b>Prejuízo do exercício</b>				-	-	-	-	-
								Outros resultados abrangentes				-	-	-	-	-
								<b>Resultado abrangente do exercício</b>				-	-	-	-	-

**1. Contexto operacional** – Iprospect Search & Marketing S.A. (“Companhia”) é uma entidade domiciliada no Brasil, situada na Rua Wisard, nº 298, 1º andar – Parte, Vila Madalena, São Paulo, e tem por objeto social a criação, planejamento, organização e a produção de campanhas publicitárias, peças de mídia interativa e sua veiculação através de quaisquer meios de comunicação, bem como o agenciamento de serviços correlatos e o comércio de material de propaganda. Em 23/07/2015, a Companhia incorporou sua investida Digital Content Provedor de Conteúdo Ltda., localizada em Curitiba-PR. Em 30/11/2017, a Companhia incorporou sua investida Digital Content Provedor de Conteúdo Ltda., o que ocasionou um aumento de capital social no valor de R\$780, totalizando um capital social no valor de R\$3.811,2. **Políticas Contábeis** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangíveis (ágio) e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos trabalhistas para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 09/04/2020. **2.1. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em milhares de reais, sendo a sua moeda funcional o Real (R\$). **2.2. Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.4. Contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa:** São apresentadas aos valores de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, quando necessário, por valor considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização das contas a receber. Perdas efetivas com a realização de contas a receber são registradas diretamente no resultado, mediante a baixa dos respectivos títulos a receber. **2.5. Investimentos:** A valorização dos investimentos na data de encerramento das demonstrações financeiras, e dos efeitos sobre o resultado do exercício, é realizada usando método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras. **2.6. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

	Taxa anual	Anos
Equipamentos de informática	20%	5 anos
Instalações e benfeitorias	10%	10 anos
Móveis e utensílios	10%	10 anos
Veículos	20%	5 anos
Máquinas e equipamentos	10%	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.7. Arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois, o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. São depreciados pelo prazo entre de vida útil estimada dos bens. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em uma base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nesta base. **2.8. Ágio decorrente de aquisições:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. **2.9. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.10. Empréstimos e financiamentos:** Os recursos financeiros tomados sejam eles empréstimos ou financiamentos são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido até a data do balanço. **2.11. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$240. A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **2.12. Provisão para demandas judiciais e**

**administrativas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente – 3.1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia no exercício corrente:** **CPC 06 (R2) Arrendamentos:** Com a adoção dessa norma, os arrendatários passaram a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para certos contratos de arrendamento, incluindo os anteriormente classificados como operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixos valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. A Companhia adotou a nova norma em 01/01/2019, data efetiva da adoção inicial e optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor. A Companhia aplicou a nova norma utilizando abordagem retrospectiva e o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamento na data de transição. Portanto, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. A Companhia não aplicou a taxa de desconto para cálculo do valor presente do arrendamento a pagar. A movimentação do saldo de arrendamentos em 2019 está demonstrada abaixo:

	Ativo	Passivo
Adoção Inicial em 01/01/2019	1.901	(1.901)
Contraprestações pagas	-	454
Depreciação do período	(454)	-
Juros incorridos no período	-	-
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>1.447</b>	<b>(1.447)</b>
<b>Total do circulante</b>		<b>(492)</b>
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.447</b>	<b>(955)</b>

**• Interpretação ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda:** A interpretação, que entrou em vigor a partir de 01/01/2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 “Tributos sobre o Lucro” quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente: Se a companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente; as suposições que a companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; Como a companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; Como a companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia realizou uma análise do ICPC 22 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente. **3.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia:** Não há normas CPC ou interpretações ICPC aplicáveis à Companhia, que ainda não entraram em vigor, que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2019	2018
Caixas e bancos	1.965	13.151
<b>Total</b>	<b>1.965</b>	<b>13.151</b>

As aplicações financeiras são representadas, principalmente, por valores investidos em títulos privados (Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e operações compromissadas).

**5. Contas a receber**

	2019	2018
Clientes nacionais	22.643	19.990
Clientes projetos	1.011	-
<b>Total</b>	<b>23.654</b>	<b>19.990</b>

(95) (239)  
23.559 19.751

A abertura por vencimento dos valores a receber de clientes nacionais, em 31/12/2019:

	2019	2018
<b>Saldos a receber vencer</b>	<b>17.475</b>	
Vencidos		
Até 30 dias	4.800	231
De 31 a 60 dias	231	20
De 61 a 90 dias	20	21
De 91 a 180 dias	96	96
Mais de 180 dias	5.168	22.643

**6. Tributos a recuperar**

	2019	2018
IRPJ antecipação	276	111
IRRF propagação Cod 8045	734	483
INSS a recuperar	33	33
IR s/ aplicações financeiras	9	2
Outros impostos a recuperar	178	90
<b>Total</b>	<b>1.230</b>	<b>719</b>

**7. Tributos diferidos** – O imposto de renda e a contribuição social diferido é registrado para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa de contribuição social não prescrevem, todavia, podem ser compensados somente até o limite de 30% do lucro tributável anual. O imposto e a contribuição social diferidos tem a seguinte composição:

	2019	2018
Diferenças temporárias	33	138
Prejuízos fiscais e Base Negativa da CSLL	1.594	1.420
<b>Total</b>	<b>1.627</b>	<b>1.558</b>

O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, fundamentadas no melhor entendimento da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da econo-

**miária brasileira, serviços prestados e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária da Sociedade, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia. Com base na projeção de resultados tributáveis desenvolvida pela Administração, a estimativa de recuperação destes créditos é demonstrada a seguir:**

	2019	2018
Ativo	7.586	5.013
Exercícios	-	247
2020	272	327
2021	327	390
2022	390	391
2023	391	1.627

As declarações de impostos de todas as empresas da Companhia e suas controladas estão sujeitas a fiscalizações e revisões fiscais por parte das autoridades tributárias por períodos variáveis de tempo. Como resultado destas fiscalizações e revisões, podem surgir questionamentos acerca de metodologias, critérios e interpretações da legislação por parte das autoridades e, por conseguinte, alterar os montantes reconhecidos pela Sociedade nas demonstrações financeiras e o resultar em questionamentos judiciais.

**8. Partes relacionadas**

	2019	2018
Agência Click Mídia Interativa S/A	7.580	4.157
Amplifi Comunicações	-	66
McGarrybowem Brasil Comunicações S.A	-	790
Iprospect US	6	-
<b>Total</b>	<b>7.586</b>	<b>5.013</b>

PPR Profissionais Reunidos S/A 3.000 3.000  
Cosin & Associados 13 164  
Dentsu Aegis London Ltd 12  
Dentsu Latin America Propaganda 3.950 1.630  
Agenciaticlick Brasilia - 560  
Lov Comunicação Int. Ltda 100  
6.975 5.454  
3.975 2.454  
3.000 3.000  
8.548 5.439

**9. Investimentos**

	2019	2018
Ágio na Aquisição – Isobar Search	5.241	1.185
Ágio na Aquisição – Digitalcontent Provedor de Conteúdo Ltda.	9.173	9.834

Em 30/11/2017, a Companhia incorporou sua investida DigitalContent Provedor de Conteúdo Ltda., o que ocasionou um aumento de capital social no valor de R\$780.000, totalizando um capital social no valor de R\$3.811.000.

**10. Imobilizado**

	% - Anual	Depre- Depreciação	Custo	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	455	(316)	139	181
Equipamentos de informática	20	832	(620)	212	255
Máquinas e equipamentos	10	13	(8)	5	7
Benfeitorias em imóveis	20	902	(78)	824	1.224
Equipamentos de comunicação	10	47	(36)	11	13
Instalações	10	174	(74)	100	43
<b>Total</b>		<b>2.423</b>	<b>(1.132)</b>	<b>1.291</b>	<b>1.723</b>

A movimentação do custo e das correspondentes depreciações ocorridas em 2018 e 2017 foram:

	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.723</b>	<b>1.964</b>
Aquisições	150	142
Baixas	(1.089)	(10)
Depreciação	(376)	(373)
Baixas de depreciação	883	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.291</b>	<b>1.723</b>

**11. Empréstimos e financiamentos**

	2019	2018
Capital de Giro	7.270	6.757

Os contratos de financiamentos possuem avais dos sócios e a garantia do próprio ativo adquirido.

**12. Fornecedores**

	2019	2018
Fornecedores de Mídia	18.380	23.960
Fornecedores da agência	259	409
<b>Total</b>	<b>18.639</b>	<b>24.369</b>

**13. Obrigações trabalhistas e tributárias**

	2019	2018
Obrigações trabalhistas	-	16
Impostos s/ remessas ao exterior	7	15
ISS de terceiros a recolher	287	300
COFINS a recolher	238	245
ISS s/ faturamento a recolher	137	99
IRRF a recolher	62	65
PIS s/ faturamento a recolher	149	149
Outros impostos a recolher	880	889

**Obrigações trabalhistas**

	2019	2018
Obrigações previdenciais	225	183
Provisões trabalhistas	408	323
<b>Total</b>	<b>1.513</b>	<b>1.395</b>

**14. Provisão para demandas judiciais e administrativas** – Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a certas contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões de consultores jurídicos. **15. Patrimônio líquido – Capital social:** Em 31/12/2019 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, está representado por 13.811.498 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma..

**16. Receita líquida**

	2019	2018
Receita Serviços	29.446	24.769
(-) Impostos (ISS, PIS e COFINS)	(4.621)	(3.611)
<b>Total</b>	<b>24.825</b>	<b>21.158</b>

**17. Custos dos serviços**

	2019	2018
Custo com pessoal	(9.979)	(9.233)
Assessoria, pesquisas e serviços terceiros	(9.351)	(5.753)

# Publicidade Legal

## Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Eireli

CNPJ/MF nº 61.288.437/0001-67

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

Ativo	Balancos Patrimoniais		Passivo e Patrimônio Líquido	Demonstração dos Resultados		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Nota	2019		2018	Nota	2019	2018	Capital Social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	AFAC	Total
<b>Circulante</b>		<b>146.568</b>	<b>156.238</b>		<b>70.367</b>	<b>81.223</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.592	2.708		–	11.021						
Contas a receber de clientes	4	30.470	70.536	14	17.487	11.086						
Estoques	5	6.374	7.720	15	27.626	29.980						
Impostos a recuperar	6	14.304	9.763	16	10.722	10.499						
Partes relacionadas – mútuos	7	1.280	–	7	4.074	–						
Empréstimos a receber	8	44.858	32.187		4.842	406						
Despesas antecipadas		5.287	2.792		5.615	18.231						
Consórcios – contas correntes	9	10.175	5.635		64.037	98.922						
Adiantamento a fornecedores	10	32.227	24.897		17	7.770	17.195					
<b>Não Circulante</b>		<b>343.608</b>	<b>319.584</b>									
Realizável a longo prazo		121.518	125.372		33	520	2.039					
Depósitos e caucões	15	26.237	30.052		18	40.467	44.815					
Ativo fiscal diferido	9	10.666	7.541		19	15.134	11.058					
Partes relacionadas – mútuos	12	80.050	87.780			147	–					
Outros créditos		4.565	–			355.772	295.678					
Investimentos	11	209.800	182.539	21	52.000	52.000						
Imobilizado	12	11.188	10.494		99.106	95.734						
Intangível	13	1.102	1.179		204.666	147.944						
<b>Total do Ativo</b>		<b>490.176</b>	<b>475.823</b>		<b>490.176</b>	<b>475.823</b>						

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

**1. Contexto operacional** – A Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda. alterou a sua razão social em 22/10/2018 para Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Eireli, tendo por objetivo a prestação de serviços abrangendo limpeza em ambientes internos e externos como hospitais, indústrias, bancos, comércio e áreas públicas com grande fluxo de transeuntes, a manutenção de redes canalizadas geograficamente (água, energia e telefonia), serviços de apoio (portaria, jardinagem, receptionista e telefonista), coleta de resíduos, tratamento de esgotos, operações terceirizadas de praças de pedágio e rodovias sob concessão, controle de tráfego, habitação popular, entre outras atividades. A Empresa também participa em consórcios, com o objetivo de incrementar as atividades operacionais da Empresa, propiciando a expansão dos serviços realizados. A administração destes consórcios é efetuada de maneira independente, sob a gestão das consorciadas. Os resultados auferidos nestas operações são reconhecidos nas demonstrações contábeis da Empresa de acordo com seu percentual de participação. **2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário. **a. Não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas** – A Empresa, apoiada no item 10 da Norma Brasileira de Contabilidade 36 (R3) – Demonstrações Contábeis Consolidadas, não está apresentando demonstrações contábeis consolidadas, uma vez que atende, cumulativamente, aos seguintes itens: **a)** A Empresa tem como principal acionista a empresa Vizeu Participações Ltda., a qual manifestou sua aprovação quanto ao procedimento adotado; **b)** Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Empresa e de sua controladora não são negociados em mercado aberto; **c)** A Empresa e sua controladora não estão em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador; **d)** A Vizeu Participações Ltda. publica suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base de preparação:** **a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 20/04/2019. **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído dos ativos fixos, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em Empresas abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas. As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 33 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; • Nota 36 – Provisão para contingências; • Descrição das principais práticas contábeis a. Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Empresa não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos reconhecidos na Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, e outros recebíveis. • Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Empresa reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. • Instrumentos financeiros derivativos: A Empresa não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2019 e 2018. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. **c. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, ajustado a valor presente, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **d. Estoques:** Estão registrados pelo custo de aquisição, sendo inferiores ao valor de mercado. Não existindo estoques obsoletos não foi constituída nenhuma provisão de desvalorização. **e. Ativos arrendados:** • Arrendamento mercantil financeiro: Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Empresa os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato,

com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **f. Consórcio – contas correntes:** As operações realizadas com consórcios foram sintetizadas em contas no grupo de ativo e/ou passivo, de acordo com sua natureza e prazo de realização. Os valores encontram-se contabilizados líquidos entre ativos, decorrentes de aportes de capital e os resultados líquidos positivos (lucros) apurados pelos consórcios, proporcionais à participação da Empresa, e passivos, representados pelos resultados líquidos negativos (prejuízos) apurados pelos consórcios, também proporcionais à participação da Empresa. A classificação entre o curto e longo prazo respeitou o período de vigência dos consórcios e a expectativa dos administradores quanto ao recebimento e/ou liquidação dos valores em aberto. **g. Depósitos judiciais:** Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Empresa, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. **h. Investimentos e outros investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. **i. Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados periodicamente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **j. Intangíveis:** Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Empresa e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. **k. Redução ao valor recuperável:** O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. **l. Contas a pagar a fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **m. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço. **n. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Empresa e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **o. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** A Sociedade não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **p. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxa de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante. A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **q. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. **r. Juros sobre o capital próprio:** Registrados, originalmente, nos livros contábeis e fiscais como receita financeira, quando declarados por controladas, e como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos sócios. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações contábeis, utiliza-se a essência das transações, portanto, são considerados como dividendos recebidos e pagos e não transitam pelo resultado. **s. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita compreende o valor presente das vendas, reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios significativos são transferidos ao comprador.

**3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	2019	2018
Caixa	125	125
Banco e Contas Movimentos	1.116	943
Aplicações Financeira	351	1.640
<b>Total</b>	<b>1.592</b>	<b>2.708</b>

**4. Contas a receber de clientes**

	2019	2018
Clientes faturados e a faturar	76.579	98.722
Provisão para devedores duvidosos	(46.106)	(28.186)
<b>Total</b>	<b>30.473</b>	<b>70.536</b>

**5. Estoques** – Representado por materiais de limpeza e ferramentas que são aplicados diretamente nas atividades operacionais da Empresa, que em 31/12/2019 totalizavam R\$ 6.374 (R\$ 7.720 em 2018).

**6. Impostos a recuperar**

	2019	2018
IRPJ	8.358	5.839
CSLL	4.983	2.972
ICMS	–	–
Outros	952	952
<b>Total</b>	<b>14.293</b>	<b>9.763</b>

**7. Partes relacionadas de transações com partes relacionadas** – Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Empresa e seus controladores, controladas e coligadas. Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

**8. Empréstimo a receber**

	2019	2018
<b>Saldos / Ativo</b>		
Reteleções Contratuais	1.606	1.183
Dimafe Agropecuária Ltda	–	12
Trail Infraestrutura Ltda	371	689
Ceg – Comp. Distrib. de Gás RJ	–	11
Dividendos a Receber	1.740	2.057
Agropecuária Canaã	178	–
NF Motta Construções Com Ltda	–	1.598
Inap Inst Nac Adm Prisional Lt	–	1.656
Consórcio Eliseos Partic, Empreem	23.534	20.036
Power Segurança – PERT 2018	1.390	1.390
Carina Dias Felipe	16.039	–
Rondopáto – Adm Pátios T SA	–	151
Vilamoura Participações SA	–	1.302
Porto Ibérica Participações SA	–	1.302
SPE – Sapucaí Mirim	–	801
<b>Total</b>	<b>44.858</b>	<b>32.187</b>

**9. Consórcio – Contas Correntes**

	2019	2018
Consórcio Anhanguera Norte	–	2
Consórcio STTB – Osasco	1.019	1.019
Consórcio STTB – Rio Preto	–	(1.527)
Consórcio TTBS – Jundiaí	1.481	1.468
Consórcio TTBS – Taubaté	2	–
Consórcio TJS Estações Ferraz	–	(1.582)
Consórcio TTBS – Franca	362	362
Consórcio TTBS – Presidente Prudente	48	48
Consórcio TTBS São Carlos	–	(116)
Consórcio TTBS Mogi das Cruzes	333	256
Consórcio TJP Aug Velloso Grupo A-3	–	23
Consórcio Multiserviços	5.481	4.688
Consórcio TT – Franca	1.416	1.043
Consórcio Lojos Maubertec-TJF	–	(330)
Consórcio TSHO Calmon Viana	33	279
<b>Total</b>	<b>10.175</b>	<b>5.635</b>

**10. Adiantamento a Fornecedores**

	2019	2018
Adiantamento por Conta de Férias	247	66
Adiantamento para Despesas	26.717	19.507
Adiantamento a Fornecedores	4.605	4.635
Adiantamento para Viagens	–	–
Coletas/Balsas	658	–
Outros Adiantamentos	–	324
Importação em Andamento	–	366
<b>Total</b>	<b>32.227</b>	<b>24.897</b>

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

	2019	2018
<b>11. Investimento</b>		
FINOR	2	2
EMBRAER	–	–
Agua de Mandaguahy	1.108	657
OPAs em Outras Cias	–	1
ISS – Gestores Prisionais Assso	199.867	181.445
Concessionária Faça Fácil S/A	8.746	–
Impec Construções Empreem Ltda	–	433
Credicitrus – Coop Cred Rural	76	–
<b>Total</b>	<b>209.800</b>	<b>182.539</b>

**12. Imobilizado** – Movimentação em 2019 (Custo)

	31/12/2018	Aquisições	Baixas	31/12/2019
Veículos	7.684	–	–	7.685
Máquinas e acessórios	13.622	774	–	14.396
Equipamentos operacionais	2.917	–	45	2.872
Equipamentos para locação	143	–	1	142
Equipamentos de informática	2.769	–	51	2.718
Móveis e utensílios	1.667	–	67	1.600
Instalações	118	–	3	115
Outras Imobilizações	7.573	1.112	–	8.685
<b>Total</b>	<b>32.227</b>	<b>24.897</b>	<b>–</b>	<b>32.227</b>

**% Taxa de Depreciação Imobilizado**

	31/12/2019
Veículos	20
Máquinas e acessórios	10,14
Equipamentos operacionais	10,28
Equipamentos para locação	20,14
Equipamentos de informática	10,28
Móveis e utensílios	10,16
Instalações	10,15
Outras Imobilizações	8,685

**Taxas de Depreciação:** A Sociedade manteve os mesmos percentuais utilizados em anos anteriores na depreciação dos bens registrados em seu ativo imobilizado, não promovendo a revisão da vida útil destes bens durante o exercício de 2019. A administração julga que os atuais percentuais são adequados para representar a vida útil dos bens.

**13. Intangível**

	% – Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	31/12/2019 Intangível líquido
Marcas e Patentes	–	–	–	–
Programas e softwares	20	2.278	1.321	957
Programas de Software em desenvolvimento	–	137	–	137
<b>Total</b>	<b>2,423</b>	<b>2,415</b>	<b>1,321</b>	<b>1,102</b>

Ativo	Balancos Patrimoniais		Passivo e Patrimônio Líquido	Demonstração dos Resultados		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Nota	2019		2018	Nota	2019	2018	Capital Social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	AFAC	Total
<b>Circulante</b>		<b>146.568</b>	<b>156.238</b>		<b>70.367</b>	<b>81.223</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.592	2.708		–	11.021						
Contas a receber de clientes	4	30.470	70.536	14	17.487	11.086						
Estoques	5	6.374	7.720	15	27.626	29.980						
Impostos a recuperar	6	14.304	9.763	16	10.722	10.499						
Partes relacionadas – mútuos	7	1.280	–	7	4.074	–						
Empréstimos a receber	8	44.858	32.187		4.842	406						
Despesas antecipadas		5.287	2.792		5.615	18.231						
Consórcios – contas correntes	9	10.175	5.635		64.037	98.922						
Adiantamento a fornecedores	10	32.227	24.897		17	7.770						

## Negócios

### Embraer troca parte da diretoria e tenta se reestruturar para enfrentar pandemia



Após sofrer um revés na compra pela Boeing e em meio à maior crise da história da indústria da aviação, a Embraer está se reestruturando para tentar sobreviver aos dois golpes que levou no primeiro semestre. No topo da hierarquia da empresa, as mudanças começaram em junho, com a substituição de quatro vice-presidentes e um diretor. Entre os engenheiros, o clima é de tensão com a possibilidade de que os cortes comecem a ser feitos em outros níveis.

Antes mesmo da crise decorrente da pandemia, que paralisou o setor aéreo, a empresa já tinha quase metade de seus 5 mil engenheiros parcialmente ociosos, segun-

do apurou o Estadão. Com grandes projetos concluídos recentemente, como os desenvolvimentos do cargueiro militar C-390 Millennium e da família de aviões comerciais E2, a demanda pelo trabalho desses profissionais despençou internamente.

Já era esperado que, após a conclusão da venda da divisão de aviões comerciais para a Boeing, a Embraer enxugas-se o quadro de funcionários. Quando o atual presidente da companhia, Francisco Gomes Neto, teve seu nome anunciado para o cargo, 15 meses atrás, os comentários no mercado apontavam que ele teria como meta tornar a Embraer mais eficiente, reduzindo todos os gastos possíveis, o

que implicaria em demissões.

A tarefa do executivo, porém, se tornou mais árdua com a desistência da compra de parte da empresa pela Boeing e com a crise do coronavírus. Em meio à pandemia, as vendas de aviões devem despencar em 2020 e, segundo especialistas, não vão se recuperar em menos de três anos. No primeiro semestre, a brasileira entregou 31 aeronaves; no mesmo período de 2019, haviam sido 73.

Como se não bastasse, a fabricante de aviões gastou, no ano passado, R\$ 485,5 milhões para separar a unidade de negócios que iria para a Boeing. Com o acordo desfeito, a prioridade agora é economizar.

### Petrobras já produz nova gasolina que será obrigatória a partir de 2022

A Petrobras informou que já produz em suas refinarias e começou a comercializar aos distribuidores a gasolina com octanagem RON 93, que passa a ser obrigatória a partir de janeiro de 2022 em todo o País, segundo as novas regras da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A Resolução 807/20, da ANP, entra em vigor na próxima segunda-feira, dia 3 de agosto. A regra estabelece uma octanagem mínima de

92 pela metodologia RON (Research Octane Number), a mesma já existente na Europa.

A norma fixa também densidade mínima de 715 kg/m<sup>3</sup>. Segundo a Petrobras, além da mais eficiência, existe a possibilidade de redução 5% no consumo de gasolina por quilômetro rodado. A estatal diz também que a nova gasolina deve “dificultar fraudes na sua formulação, combate ao uso de solventes e naftas de baixa qualidade na adulteração do produto comercializado ao consumidor.”

Estado SP



### Novela vira guerra: EQI pede rescisão à XP e briga pode parar na Justiça



A novela virou mesmo guerra. O escritório de agentes autônomos EQI notificou XP Investimentos no início da noite desta terça-feira e o Banco Central (BC) para solicitar a rescisão imediata do contrato de vínculo com a plataforma de investimentos. Há pouco menos de 15 dias, a EQI, escritório com origem na região de Balneário Camburiú (SC) e que tem sob seus cuidados quase 10 bilhões de reais em investimentos e mais de 45 mil clientes, havia comunicado à XP sua decisão de se desvincular da casa. O escritório fez uma parceria com o BTG Pactual (do mesmo grupo de

controle da Exame), que inclui até mesmo a criação de uma corretora em sociedade.

A EQI estava entre os quatro maiores escritórios plugados na XP, em uma lista que inclui Monte Bravo, Faro e Messer. No sábado, o atrito entre EQI e XP se tornou público e vem subindo de tom dia após dia, prometendo agora até mesmo uma provável batalha judicial. Antes de se vincular ao BTG Pactual, por contrato, a EQI teria de cumprir um prazo de 60 dias ainda ligada à XP — como é praxe. Nesse período, não pode haver concorrência de parte a parte. Existe ainda a possibilidade de que qualquer lado opte por rescindir

antes o acordo, mediante o pagamento de uma multa.

No pedido de rescisão enviado nesta terça-feira (28/7), a EQI afirma que sua solicitação é por responsabilidade da própria XP, que estaria descumprindo o acordo, estabelecendo competição, expondo dados de clientes, assediando profissionais do escritório com promessas de prêmio fora das práticas de mercado, além de promover o que classifica como falsas acusações. Diante disso, a EQI está cobrando a XP a rescisão do contrato. No mercado, estima-se que o valor seria acima de 20 milhões de reais.

Exame